

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES - ICHCA
CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

ANILSON ALVES DE BARROS

**BANDA DE MÚSICA DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS:
INTERAÇÃO ENTRE A CORPORAÇÃO E COMUNIDADE**

Maceió
2024

ANILSON ALVES DE BARROS

**BANDA DE MÚSICA DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS:
INTERAÇÃO ENTRE A CORPORAÇÃO E COMUNIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações Públicas
da Universidade Federal de Alagoas, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Relações Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Nayara
Pimenta.

Maceió

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale – CRB4 - 661

- B277b Barros, Anilson Alves de.
Banda de música da polícia militar de Alagoas : interação entre a corporação e comunidade / Anilson Alves de Barros. – 2024.
82 f.: il.
- Orientadora: Laura Nayara Pimenta.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Públicas) –
Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Artes, Curso de Relações Públicas. Maceió, 2024.
- Bibliografia: f. 77-82.
1. Relações Públicas. 2. Banda da Polícia Militar – Alagoas. 3. Comunidades vulneráveis. 4. Música. 5. Inclusão social. I. Título.

CDU: 659.4:316.42(813.5)

Folha de Aprovação

ANILSON ALVES DE BARROS

BANDA DE MÚSICA DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS: INTERAÇÃO ENTRE A CORPORAÇÃO E COMUNIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora do curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 03 de abril de 2024.

Orientadora - Profa. Dra. Laura Nayara Pimenta. Universidade Federal de Alagoas

Banca examinadora:

1ª Examinadora - Profa. Dra. Sandra Nunes Leite. Universidade Federal de Alagoas

2º Examinador - Victor de Almeida Nobre Pires. Prof. Dr. Universidade Federal de Alagoas

Dedico este trabalho aos meus filhos, Andressa Mirella, Daniel Felipe e Alice Vitória, e à minha neta, Heloise Alana, como testemunho de que a idade não é uma barreira para o conhecimento, demonstrando que nunca é tarde para continuar essa busca incansável do ser humano pelo saber. Também dedico este trabalho à memória de minha mãe, Mariângela, que sempre acreditou em mim. E à minha esposa, que, apesar de cética em relação a mais uma graduação, nunca permitiu que minha determinação se enfraquecesse. Por fim, dedico a mim mesmo pela coragem e determinação de seguir adiante, mesmo diante da incerteza quanto ao futuro profissional na área. Insisti, persisti e venci.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha gratidão a Deus, que me concedeu mais uma oportunidade de educação, ampliando meu conhecimento e abençoando-me com o dom da vida. Agradeço também aos professores que, ao longo de cada semestre, guiaram-nos com maestria na jornada incessante pela pesquisa e pelo saber. Em especial, manifesto minha gratidão ao Prof. Dr. Amilton Glauco, notável entusiasta das Relações Públicas, cujo apoio foi fundamental para minha permanência no curso. Agradeço também ao Prof. Dra. Manoela Callou, à Profa. Dra. Sandra Nunes e, por fim, à Profa. Dra. Laura Pimenta, que com sua orientação paciente e competência exemplar conduziu-me na elaboração deste trabalho, permitindo que, mesmo aos 53 anos, eu pudesse realizar meu TCC com rigor acadêmico e legitimidade de um verdadeiro pesquisador. Por último, mas não menos importante, sou grato a todos os colegas da turma de Relações Públicas - 2017.1 pelo apoio e companheirismo ao longo desta jornada acadêmica.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar as estratégias de relações públicas comunitárias da Banda de Música da Polícia Militar de Alagoas (PMAL) e seu impacto nas comunidades vulneráveis, com foco específico no Conjunto Mutirão, do bairro Chã da Jaqueira, analisando os desafios, iniciativas e percepções dos moradores em relação às atividades desenvolvidas pela banda. De abordagem qualitativa, o trabalho se fundamenta na pesquisa bibliográfica e documental, além de utilizar entrevistas semiestruturadas para levantar perspectivas de três sujeitos participantes: dois moradores do bairro Chã da Jaqueira e o dirigente da organização não-governamental (ONG) Horge Venenoso, localizada na referida comunidade. As entrevistas foram analisadas por meio da análise de conteúdo, permitindo uma compreensão das percepções, desafios e oportunidades relacionados ao tema em questão. Os resultados revelaram uma série de obstáculos enfrentados pela Banda da PMAL na construção de relacionamentos com as comunidades vulneráveis, incluindo estigmas sociais, falta de recursos e resistência à mudança. No entanto, também foram identificadas oportunidades para o engajamento comunitário e o fortalecimento dos laços sociais por meio de iniciativas culturais e comunitárias. Concluiu-se que a relação entre a Banda da PMAL e as comunidades vulneráveis é complexa e multifacetada, com desafios e oportunidades únicas. Apesar das dificuldades, as iniciativas culturais e comunitárias têm o potencial de promover a inclusão social, fortalecer a coesão comunitária e mitigar os impactos negativos da vulnerabilidade social. Como recomendação de ações futuras, sugere-se o desenvolvimento de estratégias colaborativas e participativas que envolvam ativamente os moradores na promoção de uma cultura de paz, respeito mútuo e solidariedade.

Palavras-chave: Banda da Polícia Militar. Comunidades vulneráveis. Música. Relações Públicas. Inclusão social.

ABSTRACT

With the theme “Impact of the Military Police Band’s presentations on vulnerable communities”, this study aims to investigate the relationship between the Military Police Band of Alagoas (PMAL) and vulnerable communities, with a specific focus on the Conjunto Mutirão, a community of Chã da Jaqueira, analyzing the challenges, initiatives and perceptions of residents in relation to the activities carried out by the band. With a qualitative approach, the work is based on bibliographic and documentary research, in addition to using semi-structured interviews to gather perspectives from three participating subjects: two residents of the Chã da Jaqueira neighborhood and the leader of the non-governmental organization (NGO) Horge Venenoso, located in that community. The interview was analyzed using content analysis, allowing an in-depth understanding of the perceptions, challenges and opportunities related to the topic in question. The results revealed a range of challenges faced by the PMAL Band in building relationships with vulnerable communities, including social stigmas, lack of resources and resistance to change. However, opportunities for community engagement and strengthening social ties through cultural and community initiatives were also identified. It is concluded that the relationship between the PMAL Band and vulnerable communities is complex and multifaceted, with unique challenges and opportunities. Despite the difficulties, cultural and community initiatives have the potential to promote social inclusion, strengthen community cohesion and mitigate the negative impacts of social vulnerability. As a recommendation for future research, the development of collaborative and participatory strategies that actively involve residents in promoting a culture of peace, mutual respect and solidarity is recommended.

Keywords: Military Police Band. Vulnerable communities. Musical presentation. Building relationships. Social inclusion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ação Social do 6º Batalhão de Polícia Militar.....	21
Figura 2 - Campanha contra o racismo (Fonte: Instagram da PMAL).....	23
Figura 3 - Campanha contra o racismo (Fonte: Instagram da PMAL).....	35
Figura 4 - Apresentação da Banda de Música da PMAL no Centro Musical da PMAL.....	38
Figura 5 - Bando de Lampião, década de 1930.....	40
Figura 6 – Primeiro Quadro Efetivo do Corpo de Guardas Municipais de Alagoas de 1832.....	41
Figura 7 – Quartel do Comando Geral, 1902.....	42
Figura 8 – A Banda da Polícia Militar de Alagoas, 1923.....	45
Figura 9 – A Banda da Polícia Militar de Alagoas.....	46
Figura 10 – A Banda da Polícia Militar de Alagoas de 1965.....	46
Figura 11 – Capa da Edição Especial Jornal O Alferes 192 anos PM-AL.....	50
Figura 12– Portal web da Polícia Militar do Estado de Alagoas - PMAL.....	50
Figura 13 – Portal web da Polícia Militar do Estado de Alagoas - PMAL.....	51
Figura 14 – Página da PMAL no Instagram.....	52
Figura 15 – Localização do Bairro de Chã da Jaqueira em Maceió.....	57
Figura 16 – Localização da ONG Horge Venenoso.....	58
Quadro 1- Linha do Tempo da Polícia Militar de Alagoas.....	43
Quadro 2 - Nomes e quantitativo de instrumentos para uma banda sinfônica.....	48
Quadro 3 - Função dos entrevistados e data das entrevistas.....	62

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CEMUS - Centro Musical

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICHCA - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes

ONG - Organização não governamental

PDF - Portable Document Format

PMAL - Polícia Militar de Alagoas

PM - Polícia Militar

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. RELAÇÕES PÚBLICAS COMUNITÁRIAS.....	17
2.1 A relação entre comunidades em situação de vulnerabilidade social e a Polícia Militar	17
2.2 Comunicação e relações públicas comunitárias no contexto da Polícia	25
2.3 Uso da música para a cultura da paz	31
3. POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS, SUA BANDA E A RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES VULNERÁVEIS.....	38
3.1 Breve histórico da Polícia Militar do Estado de Alagoas.....	39
3.2 Histórico da Banda da Polícia Militar de Alagoas	43
3.3 Ações de comunicação da PMAL e da sua banda	48
4. INTERAÇÃO ENTRE A BANDA DA PMAL E COMUNIDADES VULNERÁVEIS: DESAFIOS E PERCEPÇÕES	54
4.1 Conhecendo a Chã da Jaqueira.....	54
4.2 Estratégias de Relações Públicas Comunitárias da Banda da PMAL com a Chã da Jaqueira	58
4.3 Percepções da comunidade sobre a interação da Banda da PMAL	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS	74
ANEXO A - Questionário para entrevista	80

1. INTRODUÇÃO

A relação entre a Polícia Militar e as comunidades tem sido amplamente explorada em diversas perspectivas acadêmicas e sociais. Essas perspectivas abrangem uma variedade de abordagens e disciplinas, refletindo diferentes pontos de vista e áreas de interesse dentro do campo das ciências sociais. A sociológica, antropológica, criminológica, jurídica e psicológica são algumas delas.

Neste trabalho, que investiga as estratégias de relações públicas comunitárias da Banda de Música da Polícia Militar de Alagoas (PMAL) e seu impacto nas comunidades vulneráveis, tomando como caso empírico o Conjunto Mutirão, da comunidade de Chã da Jaqueira, a contextualização teórica se faz essencial para compreender as dinâmicas sociais, culturais e comunicativas envolvidas. Um dos campos relevantes para este estudo é o da comunicação comunitária, que se concentra na promoção da participação cívica, no fortalecimento das vozes das comunidades marginalizadas e na construção de redes sociais locais. Autores como Margarida Kunsch e Waldemar Kunsch (2007), Cicília Peruzzo (2008, 2023), Márcio Simeone Henriques (2014) e Gizele Martins e Raquel Paiva (2023) têm contribuído significativamente para o entendimento desses conceitos, oferecendo percepções sobre como a comunicação pode ser usada como uma ferramenta poderosa para promover a inclusão social e a mobilização comunitária.

Além disso, é importante considerar a literatura sobre o papel da música na sociedade e sua influência nas relações interpessoais e intergrupais. Estudos antropológicos e sociológicos têm demonstrado como a música desempenha um papel central na expressão cultural, na identidade coletiva e na coesão social. Autores como Vanda Bellard Freire (2010), Maria Hummes (2014) e Willy Oliveira (1991), Carlos Sandroni e Jorge Ventura Moraes (2020) e Ana Cervantes, Josilene Silva, Priscila Medeiros e Renato Freitas (2023) têm explorado essas questões, destacando a capacidade da música de transcender fronteiras sociais, culturais e políticas e criar conexões significativas entre as pessoas.

A contextualização teórica aborda ainda a natureza das relações entre a polícia e a comunidade, um aspecto crucial deste estudo. O campo das relações entre a polícia e a comunidade tem sido amplamente estudado, com foco em

questões como confiança, legitimidade, policiamento comunitário e justiça social. Autores como Maurício Nakashima (2023), Juliana da Silva e Leandro Silva (2024) e Brenda Hundzinski (2023) têm contribuído para esse corpo de conhecimento, oferecendo percepções valiosas sobre como as interações entre a polícia e a comunidade podem ser melhoradas para promover a segurança e o bem-estar de todos os cidadãos.

Diante desse contexto, é fundamental entender por que a presente investigação é significativa e quais são suas potenciais contribuições acadêmicas e sociais. Primeiramente, destacamos a necessidade de compreender melhor as dinâmicas de interação entre a polícia e as comunidades vulneráveis. Em linhas gerais, as relações entre a polícia e os cidadãos são marcadas por desconfiança, tensão e falta de entendimento mútuo. Nesse contexto, a investigação das estratégias de relações públicas comunitárias da Banda de Música da Polícia Militar de Alagoas pode oferecer indícios valiosos sobre como construir pontes de confiança e cooperação entre esses dois grupos. Segundo, este estudo é justificado pela importância da música como uma ferramenta de comunicação e integração social. Além disso, o autor deste trabalho possui uma trajetória de quase 40 anos como músico, dos quais 30 foram dedicados exclusivamente à regência de bandas de música. Ao longo desse percurso, ele tem executado os belíssimos dobrados e marchas em desfiles cívico-militares. Outro ponto relevante é sua experiência prévia no Exército Brasileiro em Maceió, onde as constantes formaturas ao som da Banda de Música eram uma rotina no quartel. A partir desse envolvimento, acredita-se que a música tem o poder único de transcender barreiras culturais e sociais, unindo pessoas de diferentes origens e experiências. Ao explorar como a Banda de Música da Polícia Militar de Alagoas utiliza a música como meio de interação com as comunidades, podemos aprender lições importantes sobre como promover a coesão social e fortalecer os laços comunitários.

Outra justificativa para este estudo é a sua relevância prática para a Banda de Música da Polícia Militar de Alagoas e outras organizações semelhantes. Ao identificar as estratégias de relações públicas comunitárias utilizadas pela banda, podemos fornecer orientações úteis para melhorar as práticas existentes e maximizar o impacto positivo nas comunidades atendidas.

Isso não só beneficia diretamente a banda e a polícia, mas também contribui para a segurança e o bem-estar das comunidades locais.

A metodologia adotada neste estudo é abrangente e integrada, combinando diferentes métodos de pesquisa para fornecer uma compreensão holística das estratégias de relações públicas comunitárias da banda de música e seu papel na promoção da coesão social e da confiança entre a polícia e a comunidade. De abordagem qualitativa, o presente trabalho se fundamenta nas pesquisas bibliográfica e documental, além de utilizar entrevista semiestruturada para levantar perspectivas de três sujeitos: dois moradores do bairro Chã da Jaqueira e o dirigente da organização não-governamental (ONG) Horge Venenoso, localizada no mesmo bairro, que poderia ser beneficiária das ações da Banda de Música da Polícia Militar de Alagoas.

Inspirados pelos princípios delineados por Bortoni-Ricardo (2008), reconhecemos que o contexto sócio-histórico em que estamos inseridos revela significados importantes para a condução de ações que envolvem crenças, práticas sociais, ideologias, interpretações e negociações dos colaboradores. Nesse sentido, buscamos compreender e interpretar os fenômenos sociais inseridos no contexto da Banda de Música da Polícia Militar de Alagoas e seu relacionamento com a comunidade, gerando dados de pesquisa que reflitam essa realidade. Essa metodologia também permite trabalhar com possíveis categorias emergentes durante a análise, sem estarem pré-estabelecidas, as quais estão ligadas ao recorte de pontos observados no contexto da pesquisa.

No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, Prodanov e Freitas (2013, p. 54) ressaltam que:

[...] quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Em relação aos dados coletados na internet, devemos atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente.

Para a efetivação da pesquisa bibliográfica, foi utilizado uma chave de busca com um enfoque específico. A chave de busca delineada foi: (“Banda da Polícia Militar” OR “Banda de Polícia Militar” OR “Banda de Música da Polícia Militar”) AND (“relacionamento com a comunidade” OR “relação com a

comunidade” OR OR “interação com a comunidade” OR “interação entre a corporação e comunidade”). A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações(BDTD), Portal de Periódicos da Capes, Science Direct; Scielo Brasil; Scopus e Google Acadêmico foram as bases de dados que receberam a aplicação da referida chave de busca.

No que se refere à entrevista semiestruturada, que nos moldes de Prodanov e Freitas (2013) é chamada de não padronizada ou não estruturada, “não existe rigidez de roteiro; o investigador pode explorar mais amplamente algumas questões, têm mais liberdade para desenvolver a entrevista em qualquer direção. Em geral, as perguntas são abertas” (p. 106). As três entrevistas realizadas permitiram uma compreensão mais profunda das estratégias de relações públicas comunitárias da banda, bem como suas percepções sobre o impacto dessas atividades na comunidade.

Nas referidas entrevistas foi adotada uma abordagem flexível, permitindo ao entrevistador explorar tópicos de interesse e seguir novas linhas de investigação conforme surgirem durante a conversa. Foi elaborado um roteiro de entrevista (ver Anexo A) que aborda temas relevantes, como a percepção da comunidade sobre as atividades da banda, o papel da música na construção de pontes entre a polícia e a comunidade, e as necessidades específicas das comunidades atendidas pela banda. No entanto, não foi possível realizar uma entrevista com o maestro do Centro Musical devido a burocracias institucionais, o que teria sido de grande contribuição para a pesquisa.

Além das três entrevistas, foram realizadas análises documentais de materiais relacionados ao trabalho da Banda de Música da Polícia Militar de Alagoas, como relatórios institucionais, registros de eventos e publicações em mídias sociais. Essas análises forneceram percepções adicionais sobre as estratégias de relações públicas comunitárias da banda e sua implementação na prática.

Por fim, os dados foram submetidos à análise qualitativa. Nesse sentido, como pontua Prodanov e Freitas (2013):

A análise qualitativa depende de muitos fatores, como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Podemos, entretanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a sua categorização, sua

interpretação e a redação do relatório. [...] Na análise, o pesquisador entra em detalhes mais aprofundados sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações, e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas. Em ambos os casos, o pesquisador deve ultrapassar a mera descrição dos resultados obtidos, acrescentando algo novo ao que já conhecemos sobre o assunto. Esse processo de análise e interpretação dos dados ocorre concomitantemente à coleta, intensificando-se, porém, ao seu término. [...] Seja qual for a técnica (ou técnicas) de coleta de dados, o objetivo da etapa da análise e interpretação desses dados é responder, do melhor modo possível, ao problema de investigação formulado. (Prodanov, Freitas, 2013, p. 113-115).

Nessa análise, utilizamos a técnica de análise de conteúdo, visando identificar temas e padrões emergentes nas entrevistas e nas análises documentais. A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa qualitativa que busca compreender e interpretar o significado do conteúdo de determinado material, como entrevistas, textos, imagens, entre outros. Essa técnica envolve a organização, classificação e interpretação do conteúdo, identificando padrões, temas, categorias e relações dentro do material analisado. Para a análise de conteúdo, optamos por observar a sequência sugerida por Sousa e Santos (2020, p. 1.401), qual seja, pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Com base no exposto, o presente trabalho está estruturado em três capítulos de discussão teórica e empírica e nas considerações finais. No capítulo 2, intitulado "Relações Públicas Comunitárias", são abordados os aspectos teóricos sobre o papel das relações públicas na construção de laços entre a Polícia Militar e as comunidades locais e em situação de vulnerabilidade, destacando estratégias de comunicação e interação. Já o capítulo 3, intitulado "Polícia Militar de Alagoas, Sua Banda e a Relação com as Comunidades Vulneráveis", explora a história e o impacto da Banda de Música da PMAL nas comunidades vulneráveis, bem como as iniciativas de aproximação e integração promovidas pela instituição. No capítulo 4, por sua vez, são discutidos os aspectos empíricos da relação da Banda de Música com a comunidade de Chã da Jaqueira. Por fim, as considerações finais apresentam as principais conclusões do estudo, destacando suas contribuições e possíveis desdobramentos para a área de segurança pública e relações públicas comunitárias.

2. RELAÇÕES PÚBLICAS COMUNITÁRIAS

As relações públicas comunitárias tornaram-se uma ferramenta crucial para aquelas organizações que buscam estabelecer conexões sólidas e significativas com as comunidades onde operam. Em um mundo cada vez mais interconectado e consciente da importância do envolvimento cívico, empresas e instituições reconhecem a necessidade urgente de construir e manter laços positivos com as partes interessadas locais. Nesse contexto, as relações públicas comunitárias desempenham um papel essencial na promoção da transparência, responsabilidade social e participação ativa das comunidades nas decisões que afetam suas vidas. Por meio de uma estratégia cuidadosamente planejada, as organizações não apenas conseguem comunicar efetivamente suas mensagens, mas também têm a oportunidade de ouvir as preocupações, desejos e necessidades da comunidade.

Considerando esses elementos, no presente capítulo são discutidos os aspectos teóricos relacionados às relações públicas comunitárias e como elas podem ser utilizadas nos casos de relacionamento entre as corporações policiais e as comunidades vulneráveis, a fim de buscar a promoção de uma cultura de paz.

2.1 A relação entre comunidades em situação de vulnerabilidade social e a Polícia Militar

Originada da palavra latina "politia", que denota organização política ou estatal, a polícia pode ser conceituada, neste contexto, como uma instituição incumbida da preservação da segurança e ordem públicas, bem como do combate às infrações da lei. No entanto, compreender o papel, a missão e a liderança da Polícia Militar demanda uma análise de suas origens.

No Brasil, de acordo com Teles (2010), a noção de força policial remonta ao século XVI, quando D. João III implementou um sistema de capitães hereditários e concedeu a Martim Afonso de Souza uma carta régia para estabelecer a governança, garantir a justiça e organizar os serviços de segurança, levando em conta as necessidades da colônia, incluindo o Poder Judiciário.

Somente em 1808, com D. João VI instituindo o posto de Intendente Geral de Polícia da Corte, foram iniciadas alterações significativas no aparato policial, que até então seguia modelos portugueses nos quais as funções policiais e judiciárias se entrelaçavam. Em 1832, foi promulgado o primeiro Código de Processo Criminal do Império, resultando na descentralização da estrutura policial. Posteriormente, em 1841, a Intendência Geral de Polícia foi abolida e Chefaturas de Polícia foram estabelecidas em todas as províncias, além da Corte (Teles, 2010).

A abolição da Intendência Geral de Polícia em 1841 e sua substituição por Chefaturas de Polícia representaram uma mudança significativa na estrutura policial, visando descentralizar as atividades policiais e promover maior autonomia administrativa e operacional das unidades policiais locais. A designação "Militar" foi adotada somente após a proclamação da República em 1889, momento em que as corporações passaram a ser conhecidas como Forças Militares de Polícia (Teles, 2010).

Em 1891, com a promulgação da Constituição republicana, os estados, antes províncias, passaram a ter mais autonomia para organizar seus efetivos e adotar diferentes denominações, como Batalhão Policial, Regimento de Segurança e Brigada Militar. Essa diversidade de nomenclaturas perdurou até 1946, quando a designação "Polícia Militar" foi padronizada após a Constituição do Estado Novo (Teles, 2010).

Até 1964, a Polícia Militar foi utilizada em missões específicas, como manifestações e greves. No entanto, durante o período da ditadura militar, com a extinção da Polícia Civil, foi necessária uma reestruturação na organização: sob o comando do Exército Brasileiro, a Polícia Militar foi centralizada e empregada para reprimir opositores do regime militar (Teles, 2010).

A redemocratização alterou a estrutura de comando da Polícia Militar, que passou a ficar subordinada aos governos estaduais, tornando cada governador o responsável pelo comando da polícia e pela segurança pública estadual, conforme estabelecido no artigo 144 da Constituição Federal. Esse artigo determina que a segurança pública é um dever do Estado e um direito e responsabilidade de todos, visando à preservação da ordem pública e da segurança das pessoas e do patrimônio.

A Polícia Militar (PM) é uma entidade estatal de direito público, integrante da administração direta do governo do estado. Em outras palavras, trata-se de uma instituição que presta serviços públicos na área de segurança e está subordinada ao governador do estado em que atua. Observando seu papel constitucional, as polícias militares desempenham uma função crucial na garantia da manutenção da lei e da ordem. Este órgão, dotado de singularidades, é responsável pelo patrulhamento ostensivo no cotidiano da população, contribuindo para a inibição da prática de crimes por meio de suas ações preventivas na sociedade (Francelin, 2015). Nesse sentido, no âmbito dos estados, as polícias militares são regidas por leis específicas, decorrentes da legislação das forças armadas, o que resulta em uma abordagem distinta da administração pública no controle de seus servidores, com o objetivo de fortalecer a estrutura institucional militar (Cruz; Miguel, 2005).

Durante muito tempo, a relação entre a PM e as comunidades em situação de vulnerabilidade tem sido alvo de críticas devido à violência praticada pelos militares, muitas vezes despreparados. Isso tem contribuído para o aumento da insegurança, especialmente devido ao déficit de políticas públicas voltadas para a segurança e resolução de conflitos, além da manutenção de instituições policiais altamente repressivas, cujo foco está no "combate ao crime" por meio da violência (BORDIN, 2009. p. 351). Embora a política de segurança pública no Brasil tenha priorizado a presença de mais policiais nas ruas na tentativa de reduzir a criminalidade, existem outras abordagens de prevenção de crimes, conforme ilustrado na Figura 1, em que pode ser observada uma interação diferente com a comunidade, através de uma ação social de distribuição de cestas básicas à população carente de uma comunidade do interior.

Figura 1: Ação Social do 6º Batalhão de Polícia Militar



Fonte: Instagram da PMAL (2004b).

Ao revisitar o passado, torna-se evidente que, ao longo da história do Brasil, a desigualdade social nunca foi reduzida. Esse processo perdura há muito tempo e, em decorrência de outros problemas sociais, como o crescimento urbano desordenado e as crises socioeconômicas, resultou no surgimento de um grande número de favelas, morros, aglomerados, entre outros locais, onde a população vive em condições precárias, enfrentando a falta de serviços básicos de saneamento e abastecimento de água, dificuldades de acesso à educação e aos serviços de saúde, além do aumento da criminalidade e de um policiamento ineficiente. Não obstante à grave situação das comunidades periféricas, que abrigam 17.9 milhões de pessoas no Brasil (Data Favela, 2023) e mais de 245 mil pessoas em grotas e favelas em Alagoas, seus residentes são constantemente vítimas de preconceitos, estigmas e diversas formas de violência, principalmente perpetradas pela ação truculenta da Polícia Militar.

Antes de abordar a violência cometida pelos policiais, é necessário também compreender um pouco sobre a violência contra eles. No que diz respeito à violência ou uso desnecessário de força, relatos de várias pesquisas indicam que vários policiais foram mortos quando estavam de folga. Os policiais militares assassinados eram, em sua maioria esmagadora, homens (98,4%), negros (67,3%) e principalmente na faixa etária entre 40 e 44 anos. Isso revela

que os policiais mais experientes foram os mais vitimados. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública em seu 17º Anuário (2023, p. 50-52):

173 policiais assassinados no ano passado contra 133 em 2021. Segundo o Fórum, 7 em cada 10 agentes foram mortos durante a folga. O estado de São Paulo concentrou a maior parte das mortes em ambos os anos tabulados. Foram 33 agentes assassinados em 2022 e 25 no ano anterior.

São números que, mesmo provenientes de pesquisas conduzidas por renomados estudiosos, por vezes não conseguem mensurar com precisão a quantidade exata de policiais mortos pelo crime organizado, suicídio e outros casos. Isso não justifica a violência perpetrada contra pessoas em comunidades periféricas. Segundo o mesmo Fórum Anual de Segurança Pública, houve uma queda de 1,4% em relação ao ano de 2021. De acordo com o levantamento realizado pelo fórum, foram registradas mais de 6 mil mortes por intervenção policial no Brasil. Algumas instituições alegam que as mortes de negros, pobres, homossexuais e residentes em periferias são uma questão de preconceito. Para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020):

As vítimas de tais homicídios, entretanto, são sobrerrepresentadas em determinados grupos. Homens correspondem a 99,2% dos indivíduos vítimas de homicídios cometidos por policiais e no que se refere à cor/raça, 79,1% das vítimas eram pretas e pardas. Além disso, jovens de 15 a 29 anos, em especial aqueles entre 20 e 24 anos, morrem em maior proporção do que os demais indivíduos de outras faixas etárias. (FBSP, 2020, p. 57).

Não obstante, observa-se também uma vitimização das ONGs, que retratam a polícia como vilã e aqueles que vivem à margem da lei, sugerindo que essas questões são meramente racistas. É inegável que a corrupção e grupos de extermínio existem dentro da polícia militar, porém são casos isolados. Não interessa a nenhum governo a violência, especialmente quando praticada por agentes do Estado. Segundo Silva (2011, p. 67), os policiais assumem o papel de mantenedores da ordem pública a qualquer custo, decidindo autonomamente e quase sem supervisão como devem exercer sua função social. Por outro lado, Silva (2011) e Mesquita Neto (1999) destacam que a violência policial também gera desconfiança e frustração em relação às expectativas da população quanto à segurança pública, resultando em uma avaliação negativa da atuação desses agentes.

Embora a Polícia Militar seja vista como uma instituição que não tenha como alvo principal negros e pobres, moradores da periferia, a corporação constantemente realiza campanhas contra o racismo. A Figura 2 ilustra bem essa afirmação.

Figura 2: Campanha contra o racismo (Fonte: Instagram da PMAL)



Fonte: Instagram da PMAL (2004b).

É fundamental reconhecer que resolver os desafios relacionados à segurança pública não pode se limitar ao uso da força e da violência por parte da polícia. Em vez disso, é necessário adotar abordagens alternativas e preventivas, que envolvam a comunidade de forma mais abrangente. Isso implica direcionar esforços para programas educativos que visem à prevenção da criminalidade desde a base, ou seja, com crianças e adolescentes. Investir em áreas como educação, cultura, esporte e lazer não apenas oferece oportunidades positivas para o desenvolvimento juvenil, mas também ajuda a construir uma relação mais próxima e colaborativa entre a polícia e a comunidade. A implementação de uma abordagem mais holística pode contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais segura e inclusiva.

Conforme argumenta Henriques (2008), a polícia comunitária, já estabelecida em vários países do mundo, chegou ao Brasil na década de 1990 para envolver também a comunidade e suas demandas em relação à segurança pública. A polícia passou por "uma mudança profunda na orientação e na missão policial, deixando de ser reativa (com foco nos incidentes de caráter criminal) para ser preventiva e orientada para a solução de problemas (com foco na prevenção)" (Henriques, 2001, p. 41), não se restringindo apenas à repressão. Da mesma forma, pretende-se alcançar resultados positivos com a música em comunidades vulneráveis. Henriques (2008) também enfatiza que a polícia deve incorporar a participação da comunidade em sua cultura organizacional, "de modo a torná-la mais aberta e permeável às demandas da população a que deve servir" (p. 41). Isso resulta em um maior engajamento da população na colaboração com a corporação.

Envolvendo ainda, a participação dos cidadãos na própria gestão dos problemas de segurança que lhes concernem, sendo, por isso, um fator político considerável, condizente com a demanda por participação cívica nos negócios públicos, o que é próprio de democracias nos moldes deliberativos (Henriques, 2008, p. 41).

Outra forma pela qual a PM pode fortalecer laços com as comunidades é por meio das ações musicais, além do engajamento através das polícias comunitárias. Um exemplo notável é o trabalho realizado pelo Centro Musical da Polícia Militar (CEMUS). O CEMUS concentra seus esforços na implementação de um policiamento mais comunicativo e comunitário, buscando uma abordagem deliberativa que exige uma mudança na política de comunicação da Polícia Militar. Ao substituir o hábito de impor ordens pela oportunidade de se comunicar com as comunidades de forma significativa, o CEMUS visa superar o distanciamento entre os envolvidos no projeto e o histórico de abuso de poder por parte da Polícia Militar. A música, nesse contexto, tende a quebrar esses paradigmas que causaram muitos traumas à população, especialmente aquelas de baixa renda.

Não se pode negar que:

[...] sob o ângulo externo, a expectativa de mudança no relacionamento com os públicos requer que a organização enfrente o desafio de lidar com uma imagem pública contraditória: por um lado pode inspirar

admiração, confiança e sentimento de proteção (considerando a noção de uma função social cumprida pela polícia) e, por outro, o medo, a suspeita e a desconfiança (considerando a polícia como símbolo de autoridade e força e mesmo devido ao acúmulo histórico de abusos do poder policial) (Henriques, 2008, p. 42).

Para alcançar esse objetivo, a saber, de quebrar paradigmas traumáticos, o CEMUS adota um planejamento flexível e adequado, permitindo uma abordagem que inspire confiança na população local, incentivando a superação da rigidez associada à disciplina militar e dos problemas enfrentados anteriormente. É fundamental que a comunidade realize uma profunda reflexão sobre a relevância de restabelecer a confiança no desempenho e nas ações da polícia, pois é por meio desse elo de confiança que se torna viável conquistar a colaboração desses segmentos na condução de suas atividades. Reconhecemos que esse processo não é algo instantâneo, mas sim uma jornada que demanda um comprometimento constante e uma abordagem sensível às necessidades e expectativas das comunidades locais. A construção e manutenção dessa confiança exigem uma interação contínua e transparente entre a polícia e os cidadãos, promovendo um diálogo aberto e uma cooperação mútua na busca por soluções para os desafios enfrentados pela comunidade.

É através dessa parceria colaborativa que se pode promover uma segurança pública mais eficaz e que verdadeiramente atenda às demandas e interesses de todos os envolvidos. Nesse contexto, a comunicação desempenha um papel crucial, sendo abordada na esfera das relações públicas comunitárias. A noção de comunidade abrange uma variedade de conceitos nas ciências sociais, com implicações significativas para a comunicação. Em particular, a comunicação comunitária busca promover princípios e interesses relacionados à cidadania, operando com dinâmicas e meios que seguem uma lógica distinta da comunicação de massa convencional. Essa abordagem, baseada em uma comunicação popular ou alternativa, visa fortalecer os laços entre a polícia e a comunidade, facilitando o estabelecimento de uma relação de confiança mútua e colaboração na promoção da segurança pública, conforme pode ser observado na próxima seção.

2.2 Comunicação e relações públicas comunitárias no contexto da Polícia

A noção de comunidade abrange um amplo e diversificado conjunto de conceitos nas ciências sociais, com uma gama variada de aplicações. Na esfera da comunicação, sua compreensão prática e teórica leva a uma caracterização do processo comunicativo como "comunitário", frequentemente associado a uma comunicação popular ou alternativa. Essa abordagem opera com dinâmicas e meios que seguem uma lógica distinta da comunicação de massa convencional, buscando promover princípios e interesses relacionados à cidadania (Peruzzo, 2008).

Além disso, a comunidade se destaca como um ente coletivo relevante para a comunicação entre instituições, organizações e diversos públicos, especialmente quando se trata de práticas de participação e mobilização social. Embora nas áreas das relações públicas e da comunicação organizacional as comunidades sejam consideradas como públicos específicos, é importante reconhecer que sua dinâmica desafia uma visão simplista e linear. A complexidade das questões comunitárias vai além da simples formação do grupo, sendo ela própria um fenômeno comunicacional que reflete a interação dinâmica entre os membros da comunidade e outros atores sociais e públicos diversos. Para Silva (2010), questões como acesso a serviços públicos, desenvolvimento urbano, preservação ambiental e segurança podem ser consideradas como desafios comunitários que requerem uma abordagem multifacetada.

No contexto urbano, a interação entre os membros da comunidade e autoridades municipais, organizações não governamentais e empresas privadas é fundamental para resolver problemas como infraestrutura precária, falta de transporte público adequado e habitação inadequada. Essa interação pode se manifestar por meio de reuniões comunitárias, fóruns de discussão online, protestos pacíficos e colaborações em projetos de desenvolvimento local. Além disso, as questões de poder desempenham um papel significativo na dinâmica comunitária. Silva (2010) disserta que em comunidades onde há desigualdade socioeconômica, certos grupos podem exercer mais influência do que outros na tomada de decisões e na alocação de recursos. Isso pode levar a tensões internas e desafios na busca por soluções equitativas e inclusivas para os

problemas enfrentados pela comunidade. Portanto, ao analisar uma comunidade como público, é essencial considerar não apenas sua autodeclaração e seu engajamento com questões cruciais, mas também as complexas interações e dinâmicas de poder que moldam sua dinâmica e afetam seu desenvolvimento.

Segundo Henriques (2014), ao considerarmos a comunidade como público, nos deparamos com uma contradição entre percebê-la como um agrupamento geral ou específico. Assim como qualquer público, a comunidade não é estática ou homogênea. Suas diversas formas de sociabilidade, organização e distribuição de poder contribuem para sua configuração como um conjunto plural de públicos, em vez de um grupo uniforme. Portanto, a associação do termo "público" com "comunidade" é moldada por uma dinâmica constante de construção de significados.

No entanto, do ponto de vista prático e funcional, nas interações entre organizações e comunidades, é somente quando uma organização estabelece de forma arbitrária uma comunidade como tal que ela se torna verdadeiramente um público alvo para a qual uma ação específica pode ser direcionada. Antes desse momento, a comunidade só pode ser percebida como se apresenta, em sua potencialidade, ou seja, um grupo de pessoas e instituições que, em potencial, reagem às questões que as afetam. Esse conjunto, a princípio, parece difuso, mas quando as pessoas e instituições que o compõem deixam de ser vistas de forma isolada, tendem a ser agrupadas nesse corpo maior que representam - a comunidade - que, dessa forma, assume uma forma mais objetiva na visão que a organização tem dela.

Na literatura de relações públicas, encontramos tanto uma referência à comunidade como sendo todo o conjunto de públicos externos, quanto como grupos que residem nas proximidades ou arredores da organização. Nos tempos mais recentes, especialmente no contexto da responsabilidade empresarial socioambiental, essa segunda noção tem sido mais prevalente e desafiadora. Nesse cenário, a comunidade é vista como um público específico, especialmente definido em termos do alcance desse relacionamento próximo.

É a partir dessa compreensão da comunidade como um público, considerando suas nuances e complexidades, que podemos refletir sobre as relações públicas comunitárias. As relações públicas comunitárias referem-se às práticas e estratégias de comunicação desenvolvidas por organizações para se

relacionarem com as comunidades em que estão inseridas. Isso envolve não apenas a comunicação com o público externo, mas também a compreensão e a participação ativa nas questões sociais, culturais e econômicas dessas comunidades.

Segundo Kunsch (2007), as relações públicas comunitárias são fundamentais para construir e manter uma imagem positiva da organização na sociedade. Isso implica em estabelecer diálogo, ouvir as demandas e expectativas da comunidade e participar ativamente em ações que contribuam para o desenvolvimento local. Para Freire (1997), o diálogo é indispensável na comunicação "com" as comunidades. Ele é uma exigência existencial, um princípio ético, o encontro em que se entrelaçam o refletir e o agir dos sujeitos voltados para o mundo a ser transformado e humanizado, não se limitando ao ato de depositar ideias de um sujeito no outro. Bohm (2005) afirma que o diálogo visa compreender a consciência per se, além de investigar a natureza problemática dos relacionamentos e comunicações do cotidiano. Segundo o autor, seus principais elementos incluem o significado compartilhado, a natureza coletiva do pensamento, o contexto microcultural, a natureza não-diretiva, entre outros.

Ao contrário de uma abordagem meramente informativa, linear e simplista dos processos comunicativos (França, 2003), que se baseia apenas na divulgação de informações, a comunicação com as comunidades representa um papel de mediação entre os diversos atores, buscando estabelecer e fortalecer essas interações, em consonância com o esquema "praxiológico" proposto por Quéré (1991). Nesse esquema, a comunicação relaciona a objetividade do mundo e a subjetividade dos agentes a uma "atividade organizadora, simbolicamente mediada, realizada em conjunto pelos membros de uma comunidade de linguagem e ação, no contexto da coordenação de suas ações práticas" (Quéré, 1991, p. 75). Portanto, a comunicação é vista como "uma atividade colaborativa de construção de uma perspectiva comum, de um ponto de vista compartilhado" (Quéré, 1991, p. 76).

As relações públicas comunitárias desempenham um papel crucial na eficácia das operações policiais, especialmente para a Polícia Militar, que serve como um elo vital entre a comunidade e as forças de segurança. Nesse sentido, a partir de Vergine (2023), entendemos que a construção de relações positivas

com a comunidade é essencial para promover a confiança e a cooperação, elementos fundamentais para o sucesso das instituições policiais. O autor enfatiza que “o exemplo [policial] é uma forma poderosa de influência, pois cria um padrão tangível para os outros” (Vergine, 2023, p. 13), gerando “relações de confiança com a comunidade que serve” (idem, p. 72). Nesse sentido, a Polícia Militar, “em qualquer papel que exija interação com o público” (Vergine, 2023, p. 84), deve adotar uma abordagem proativa, buscando não apenas a aplicação da lei, mas também o engajamento e o empoderamento das comunidades que atende.

Além disso, conforme observado por Bruno Garcês (2021), o capital social, incluindo a confiança, as normas e as redes de cidadãos, é essencial para o funcionamento eficaz de uma sociedade. Conforme aponta Waldow, Ristow e Lago (2023), o conceito de capital social é abordado por diversos autores de maneiras variadas. No referido trabalho, eles apresentam quatro conceitos, mas nos chamam a atenção um deles: o capital social como “redes permanentes e próximas de um grupo que asseguram a seus membros um conjunto de recursos atuais ou potenciais” (p. 17.969).

Ao investir na construção desse capital social por meio de iniciativas de relações públicas comunitárias, a Polícia Militar não apenas fortalece os vínculos entre os cidadãos e as forças de segurança, mas também contribui para a prevenção de crimes e para a promoção de uma cultura de segurança colaborativa. Portanto, é imperativo que a Polícia Militar adote estratégias que promovam a transparência, a prestação de contas e o diálogo aberto com a comunidade, a fim de cultivar relacionamentos sólidos e de longo prazo que beneficiem a todos os envolvidos.

Além dos impactos imediatos na segurança pública, as relações públicas da Polícia Militar também exercem um impacto significativo na estrutura social e na coesão da comunidade. A partir dos postulados de Mesquita Neto (1999), Lucena Wilson (2016) e Martins Gonçalves (2017), entendemos que a eficácia da aplicação da lei depende da confiança na lei. Isso implica que quanto mais confiança e respeito a comunidade depositar na Polícia Militar, maior será o apoio e a cooperação oferecidos às autoridades policiais. Essa confiança mútua é crucial não apenas para resolver crimes, mas também para promover uma sensação de segurança e bem-estar entre os residentes.

Quando a Polícia Militar se envolve ativamente com a comunidade por meio de programas de relações públicas, como patrulhas comunitárias, reuniões públicas e eventos educativos, não apenas demonstra seu compromisso com a segurança, mas também constrói laços sólidos com os cidadãos. Esses laços não apenas fortalecem o apoio à aplicação da lei, mas também ajudam a criar um senso de pertencimento e responsabilidade compartilhada na comunidade. Investindo nas relações comunitárias, a Polícia Militar, em última análise, não apenas aprimora sua capacidade de lidar com o crime, mas também contribui para a construção de comunidades mais seguras, coesas e resilientes.

Outro ponto a considerar é que a estrutura social é moldada por indivíduos que residem e interagem em uma área específica, utilizando diversas formas de comunicação disponíveis. O tipo de comunicação presente em uma comunidade pode refletir a estrutura social ali estabelecida. Por essa razão, as sociedades democráticas demandam uma comunicação democrática, na qual qualquer pessoa que deseje possa compartilhar diferentes perspectivas, e não apenas aqueles que detêm um certo tipo de poder para fazê-lo.

Se é verdade que sem a função comunicativa não pode haver comunidade, então qualquer mudança no comportamento comunicativo de um grupo social vai produzir mudanças nas formas de percepção, sentimento e de tratamento do outro, no contexto do relacionamento humano prático (Pasquali, 2005, p. 18).

É crucial reconhecer que a comunicação policial não deve ser unilateral, restrita a comunicados oficiais e informações unidirecionais. Pelo contrário, uma abordagem eficaz requer um diálogo contínuo, no qual as forças policiais não apenas compartilham informações, mas também ouvem atentamente as preocupações, perspectivas e necessidades da comunidade. Esse intercâmbio bidirecional promove a transparência, constrói a confiança e diminui as barreiras que historicamente podem existir entre a polícia e os cidadãos.

A instituição pública deve ser vista hoje como uma entidade aberta, que interage com a sociedade. Ela precisa agir como um órgão que transcende as barreiras da burocracia para alcançar o cidadão comum, por meio de um esforço conjunto com os meios de comunicação. Isso envolve a interação e o fluxo de informações relacionadas a temas de interesse coletivo.

Para colocar em prática os princípios, faz-se necessário adotar o verdadeiro sentido da comunicação pública estatal, que é o do interesse público. O poder público tem obrigação de prestar contas à sociedade e ao cidadão, razão de sua existência. É preciso que os governantes tenham um maior compromisso público com a comunicação por eles gerada, diante dos altos investimentos feitos com o dinheiro público (Matos, 2012, p 15).

Diante do exposto, a comunicação pública requer um órgão receptivo às demandas da sociedade, buscando, por meio da abertura de canais, abordar questões cruciais como saúde, educação, transporte, moradia e exclusão social. Nesse contexto, o setor de Comunicação Social da Polícia Militar deve incluir entre seus objetivos primordiais a conquista de uma opinião pública favorável à corporação e suas práticas. E assim:

[...] Surge a importante figura do profissional de relações públicas, na busca de ferramentas e estratégias de comunicação que estabeleçam o estreitamento efetivo dos relacionamentos dos públicos com a organização, com o objetivo de zelar pela reputação corporativa (Carvalho apud Farias, 2011, p. 122).

O profissional de Relações Públicas, nesse cenário, desempenha um papel fundamental na gestão da imagem institucional, contribuindo para a melhoria do relacionamento entre a polícia militar e a sociedade.

Após discutir sobre a importância das relações públicas comunitárias no contexto da Polícia, é oportuno explorar o potencial da música na promoção da cultura da paz. Assim como expresso na icônica canção de Chico Buarque, 'A Banda', que retrata a celebração e a superação das adversidades, a mensagem de esperança e resiliência ressoa entre os versos, como se segue: “A minha gente sofrida despediu-se da dor, pra ver a banda passar cantando coisas de amor”. Essa poderosa expressão cultural reflete não apenas a capacidade da música de elevar os espíritos, mas também a resiliência e a determinação do povo diante das dificuldades. No entanto, o alcance da música vai além, visando à construção da paz. É evidente que a música tem a capacidade de unir as pessoas em torno de um propósito comum, e existem diversos exemplos que ilustram como ela pode contribuir para uma cultura de paz e transformar uma sociedade, conforme será discutido na próxima seção.

2.3 Uso da música para a cultura da paz

Parafraseando Napoleão Bonaparte, que afirmou: "coloque uma banda na rua e o povo a seguirá, para a guerra ou para festa", percebe-se que o poder da música vai além, buscando a paz. É evidente que a música tem o poder de unir as pessoas em torno de um objetivo comum. Dentro desse contexto, existem diversos exemplos que demonstram como a música pode contribuir para uma cultura de paz e transformar uma sociedade.

Ao longo da história, a música desempenhou um papel fundamental na formação da sociedade e na promoção de valores essenciais. Em particular, seu impacto na construção de uma cultura de paz é inquestionável, proporcionando uma linguagem universal que transcende fronteiras e conecta as pessoas de maneira profunda. Nesse sentido, a música se torna uma ferramenta poderosa e inspiradora que fomenta a compreensão mútua, celebra a diversidade e, acima de tudo, promove a paz.

A capacidade única da música de evocar emoções desempenha um papel central em sua contribuição para uma cultura de paz. Melodias harmoniosas e letras inspiradoras têm o poder de criar um ambiente emocional positivo e influenciar mentalidades individuais e coletivas. Ao proporcionar uma experiência sensorial rica, a música inspira empatia e solidariedade, fundamentais para relações pacíficas entre comunidades e nações. Além disso, a música serve como uma ponte entre culturas, promovendo entendimento e apreciação mútuas. Ao incorporar diversos estilos musicais de diferentes partes do mundo, a música celebra a diversidade cultural e desafia estereótipos e preconceitos. Essa aceitação da diversidade cultural contribui diretamente para a construção de uma base sólida para uma cultura de paz, onde a diferença é reconhecida como uma força enriquecedora.

Para melhor compreensão, é necessário analisar separadamente os termos "cultura" e "paz". Segundo o Dicionário Online de Português, cultura é o conjunto de padrões de comportamento, crenças, instituições e valores transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade e civilização. Por outro lado, a paz é a ausência de conflitos, violência ou perturbações sociais, bem como o restabelecimento de relações amigáveis entre países em guerra (Paz, 2024). Portanto, ao unir essas definições, podemos dizer que a cultura da

paz consiste em transmitir os valores, comportamentos e crenças de uma sociedade sem recorrer à violência, buscando o restabelecimento de relações amigáveis não apenas entre países, mas também entre diferentes segmentos da sociedade e instituições. Isso contrasta com a abordagem histórica de colonizadores que impunham sua cultura por meio da violência, chegando até mesmo a dizimar povos inteiros.

Uma cultura de paz abarca um conjunto de valores, atitudes, comportamentos e práticas que visam à prevenção de conflitos, à resolução pacífica de disputas e à construção de sociedades baseadas no respeito e na cooperação mútuos. No contexto dessa cultura, a música desempenhou historicamente um papel significativo na expressão da diversidade cultural, na transmissão de informações e na criação de vínculos emocionais entre as pessoas. Nos dias atuais, sua influência vai além do entretenimento, tornando-se uma poderosa ferramenta de promoção e consolidação da paz, constituindo-se em uma linguagem universal capaz de transcender barreiras linguísticas e culturais.

A diversidade de estilos e gêneros musicais reflete a multiplicidade do mundo, proporcionando um espaço onde diferentes vozes podem harmonizar-se. Essa variedade musical serve como meio de celebrar a riqueza das tradições e experiências humanas, fomentando a compreensão e o respeito entre os povos. Além disso, a música é uma poderosa forma de transmitir mensagens de paz e reconciliação. Letras envolventes e melodias cativantes têm o poder de inspirar emoções e despertar a consciência social. Muitos artistas utilizam suas composições para abordar questões sociais, promovendo a reflexão e a sensibilização sobre temas como tolerância, igualdade e resolução pacífica de conflitos.

No âmbito da educação musical, destaca-se o papel fundamental na formação de indivíduos que valorizam a paz. Ao introduzir crianças e jovens a uma variedade de expressões musicais, fomentamos a apreciação pela diversidade e estimulamos a empatia, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes capazes de promover valores essenciais para a construção de sociedades pacíficas.

Um exemplo emblemático de música associada à paz é “Amigos para sempre” (ou “Amigos Para Siempre”), composta por Andrew Lloyd Webber e com

letra de Don Black, tema das Olimpíadas de 1992 em Barcelona. Essa música continua sendo entoada em várias ocasiões até os dias atuais. Inúmeras composições abordam a cultura de paz, oferecendo uma reflexão à humanidade, que enfrenta diversos conflitos não apenas entre nações, mas também entre comunidades vulneráveis, a polícia e as elites.

Além disso, é relevante observar que a música pode servir como plataforma para promover causas sociais importantes e aumentar a conscientização sobre questões que afetam comunidades vulneráveis. A banda da Polícia Militar, por exemplo, pode utilizar sua plataforma para apresentar músicas que abordem questões sociais e inspirem mudanças positivas na comunidade. Essa iniciativa pode ser viabilizada por meio de parcerias com ONGs e outras organizações locais que concentram esforços em causas sociais.

Ademais, a banda da Polícia Militar pode empregar a música para promover a educação e o aprendizado na comunidade. Ao estabelecer parcerias com escolas e instituições educacionais locais, a banda pode oferecer aulas e *workshops* de música que contribuem para o desenvolvimento de habilidades e apreciação musical, além de promover um senso de comunidade e trabalho em equipe entre os alunos.

A Banda de Música da Polícia Militar representa um excelente recurso para estabelecer relações públicas eficazes com a comunidade. A música, sendo uma forma universal de expressão, tem o poder de unir as pessoas e cultivar um senso de coletividade. Além disso, ela pode estabelecer uma conexão emocional entre a polícia e a comunidade local. Ao se apresentar em eventos comunitários, a Banda de Música contribui para disseminar uma mensagem positiva sobre a polícia e suas atividades. Os residentes passam a enxergar os policiais como indivíduos acessíveis e amigáveis, em vez de meras figuras de autoridade intimidantes. Dessa forma, a Banda de Música humaniza a imagem da polícia e torna a comunidade mais receptiva às suas ações.

Esse corpo musical desempenha um papel relevante na prevenção do crime. Ao se apresentar em eventos comunitários, como festivais, feiras e desfiles, ela contribui para criar um ambiente seguro e agradável. A simples presença da polícia já é uma das estratégias mais eficazes para dissuadir a ocorrência de crimes, e a participação da Banda de Música oferece uma abordagem mais descontraída e amigável para alcançar esse objetivo.

A Figura 3 ilustra a interação entre o público durante uma apresentação, destacando não apenas aqueles presentes fisicamente, mas também os espectadores que acompanham a transmissão ao vivo pelo Instagram. Durante o evento, várias mensagens de apoio e elogios são enviadas, evidenciando a comunicação estabelecida entre o público e a corporação por meio da banda de música.

Figura 3 - Apresentação da Banda de Música da PMAL



Fonte: Instagram da PMAL (2004b).

A modalidade do militar músico temporário surge em resposta à necessidade do país de empregar profissionais para combater a violência nas comunidades. O uso de sua arte nas atividades sociais das bandas militares ajuda a desencorajar o recrutamento de crianças e jovens para o crime, especialmente em áreas carentes.

Outro exemplo que ilustra o papel da música na promoção da cultura de paz foi o conflito na Irlanda do Norte entre católicos e protestantes, que perdurou por anos. Nesse contexto, ambos os grupos se encontravam segregados e divididos, refletindo uma situação de guetização. Ao conduzir entrevistas com professores que estão envolvidos no ensino de Música intercomunitária na Irlanda do Norte, Odena (2017, p. 39) percebeu que. [...] a música possibilita o

contato e a interação entre estudantes católicos e protestantes, bem como a eliminação de estereótipos entre grupos, algo que, sem essa intermediação musical, seria menos factível.

Nesse contexto, é fundamental adotar cuidados no trabalho pela paz, incluindo a garantia, se necessário, dos meios utilizados para promover a harmonia entre grupos hostis. O repertório musical deve ser neutro, sem favorecer um grupo sobre o outro (Santiago, 2021). No entanto, ao lidar com a comunidade-alvo, essa preocupação não será um obstáculo. É essencial adaptar o repertório de acordo com as preferências musicais dos potenciais alunos de iniciação musical, lembrando que, por se tratar de uma escola de música, é importante mostrar a diversidade musical disponível para ser explorada e apreciada.

Um possível projeto musical a ser implementado na comunidade Conjunto Mutirão, no bairro de Chã da Jaqueira, representa uma oportunidade única para o Centro de Música da Polícia Militar de Alagoas (CEMUS) demonstrar sua vocação não apenas para a música, mas também para a promoção da cultura de paz. É uma chance de mostrar que a instituição vai além de suas funções repressivas e trabalha ativamente nesse sentido. Com seus talentosos músicos, o CEMUS tem o potencial de atuar de forma semelhante às Polícias Militares de outros estados, engajando-se na construção de laços positivos com a comunidade.

Nesse sentido, a inclusão pode ser definida como um processo bidirecional em que as pessoas, mesmo aquelas excluídas, e a sociedade colaboram para resolver problemas, encontrar soluções e garantir oportunidades igualitárias para todos. É essencial que a polícia seja integrada à sociedade como uma instituição de proteção comunitária, ao passo que a comunidade deve ser incluída e não marginalizada ou discriminada (Sassakl, 1997).

O processo inclusivo no Brasil é marcado pelo suporte de políticas públicas, especialmente no âmbito educacional, mesmo que a prática ocorra fora dos ambientes escolares convencionais. Sob essa perspectiva, Aranha (2000, p. 4) destaca que:

A inclusão social conforme aqui apresentada, tem ainda se caracterizado por uma história de lutas sociais empreendidas pelas minorias e seus representantes, na busca da conquista do exercício de

seu direito ao acesso imediato, contínuo e constante ao espaço comum da vida em sociedade (recursos e serviços).

Portanto, é crucial destacar que a inclusão é uma prática que deve transcender todas as barreiras sociais, especialmente quando se trata de segurança pública. Além disso, é essencial reconhecer e aceitar a diversidade presente na sociedade (Aranha, 2000). Nesse sentido, torna-se crucial garantir o acesso equitativo de todos os indivíduos às oportunidades disponíveis.

A Figura 4 ilustra de forma eloquente a inclusão, especialmente desmistificando narrativas comuns de que a polícia persegue apenas pessoas negras, pobres e discrimina mulheres. Na imagem é possível identificar dois indivíduos negros e uma mulher, todos pertencentes à Banda de Música da Polícia Militar. A presença desses sujeitos demonstra uma realidade diversificada dentro das forças policiais, desmistificando a percepção comum de que a polícia persegue predominantemente pessoas negras, pobres e discrimina mulheres. A representação desses membros do Centro Musical na imagem destaca que a música pode ser um veículo poderoso para superar preconceitos e promover a inclusão.

Figura 4 - Apresentação da Banda de Música da PMAL no Centro Musical da PMAL



Fonte: Instagram da PMAL (2004b).

A música, ao reunir diferentes indivíduos em um contexto de trabalho colaborativo e artístico, proporciona um espaço onde as diferenças são

celebradas e valorizadas. Essa representação positiva na imagem reflete não apenas a diversidade dentro da corporação policial, mas também ressalta o potencial da música como uma ferramenta para construir pontes entre diferentes grupos sociais. Além disso, a menção aos comentários dos internautas sugere que a imagem desperta uma reflexão sobre a importância da diversidade e da inclusão, tanto dentro das instituições quanto na sociedade em geral. Os comentários positivos dos internautas indicam uma recepção favorável à representação diversificada na polícia musical e ressaltam o papel da música como um agente de mudança social e inclusão.

Após discutir o impacto da música na promoção da cultura da paz e na construção de pontes entre diferentes grupos sociais, é importante direcionar nossa atenção para a relação entre a Polícia Militar de Alagoas, sua banda e as comunidades vulneráveis. Este próximo capítulo analisará de forma mais detalhada como a presença da Banda de Música da Polícia Militar pode influenciar e interagir com as comunidades em situação de vulnerabilidade social. Serão examinadas as iniciativas e estratégias adotadas pela PMAL para estabelecer uma relação de confiança e cooperação com essas comunidades, bem como o papel da música nesse processo.

3. POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS, SUA BANDA E A RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES VULNERÁVEIS

Este capítulo tem como objetivo apresentar a origem da Banda de Música da Polícia Militar de Alagoas, suas realizações e também seus desafios, além de alguns projetos que muitas vezes passam despercebidos pela sociedade. A história da Banda da Polícia Militar de Alagoas, que hoje é um Centro Musical, inclui duas bandas de música, uma em Maceió e outra em Arapiraca, embora já tenha contado com três. A terceira banda, localizada na Academia da Polícia Militar, foi extinta, possivelmente devido à existência de outra na mesma cidade.

Ao longo deste capítulo, será evidenciado que muitas corporações militares do país, incluindo as Forças Armadas e as forças auxiliares, como a Polícia Militar e a Guarda Civil, possuem uma banda de música, embora muitos questionem sua utilidade em uma corporação de segurança. No entanto, este trabalho demonstra a importância dessas bandas tanto em instituições militares quanto civis. Por exemplo, a Banda Marcial do Exército Brasileiro tem como objetivo realizar apresentações públicas para promover o civismo e as tradições históricas da instituição, tanto no território nacional quanto no exterior. Além disso, as bandas de música têm sido vistas como uma oportunidade promissora para jovens de baixa renda, que são incentivados por suas famílias a estudar música nas bandas do interior, que são verdadeiros celeiros de talentos musicais. Esses músicos, formados em pequenas escolas de música, são fundamentais para o funcionamento das bandas militares, mesmo que ingressem por meio de concurso público.

Citando o Dicionário de Música Zahar (1985, p. 65):

A importância da banda, como instituição, transcende o aspecto músico-cultural, para se revestir do aspecto social. Por meio da banda de música muitos talentos se revelam, melhores cidadãos se formam e, não raro, dentre seus instrumentistas surgem lideranças importantes para a comunidade. Jovens em situação de risco social podem encontrar nela caminho seguro, onde superar suas angústias e realizar autoafirmação.

Considerando ainda a relevância das bandas de música, tanto para a instituição quanto para a sociedade, especialmente para aquelas que estão à margem da sociedade, a história da banda de música da Polícia Militar de

Alagoas ganha ainda mais significado como uma ferramenta de Relações Públicas que media entre a comunidade e a corporação. No entanto, a presença do músico militar remonta a épocas remotas, onde sua função era tocar para elevar o moral da tropa que se dirigia para o teatro de operações, ou seja, para o campo de batalha. Muitas vezes, mesmo quando alguns instrumentos eram feitos de chifres de animais, eles tocavam para a tropa avançar ou recuar, para os arqueiros, a infantaria, e todos esses grupos sabiam a hora exata de agir. Posteriormente, surgiram tambores e flautas feitas de ossos de animais, e então sua fabricação passou a ser de madeira ou bambu. Atualmente, a tradição persiste, mesmo com instrumentos mais sofisticados, e as funções permanecem nos quartéis ao redor do mundo. As bandas são frequentemente utilizadas em desfiles cívicos e formaturas internas, executando dobrados e canções militares, além de um repertório eclético que vai desde a MPB até marchas carnavalescas, forró e músicas eruditas. Isso permite manter um bom relacionamento com um público diversificado, agradando a todos os gostos musicais.

3.1 Breve histórico da Polícia Militar do Estado de Alagoas

De acordo com Teles (2020), a Polícia Militar do Estado de Alagoas foi criada em 03 de fevereiro de 1832, inicialmente denominada Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Sua principal missão era manter a ordem interna na Província de Alagoas, seguindo as leis imperiais e reprimindo os adeptos da Guerra dos Cabanos.

Ainda conforme Teles (2020), a corporação teve várias participações em conflitos nacionais e internacionais, incluindo a Guerra do Paraguai, onde integrou o 20º Batalhão de Voluntários da Pátria em 1865. Durante a República Brasileira, na década de 1930, participou da Revolução Constitucionalista com um contingente de cerca de 350 homens, que visava depor o Governo Provisório de Getúlio Vargas da Presidência da República. Além disso, destacou-se no combate ao cangaço liderado por Virgulino Ferreira, o Lampião, que aterrorizava o sertão nordestino (ver Figura 5). Uma parte significativa dos cangaceiros de Lampião foi morta a tiros e suas cabeças expostas na cidade de Piranhas, Alagoas.

Figura 5 – Bando de Lampião, década de 1930.



Fonte: Teles (2010, p. 90).

A seguir, o primeiro quadro do efetivo da corporação musical da Polícia Militar do Estado de Alagoas, ainda sob o nome de Corpo de Guardas Municipais:

Figura 6 – Primeiro Quadro Efetivo do Corpo de Guardas Municipais de Alagoas de 1832

CARGO	NOME	IDADE (anos)
Comando Geral		
Comandante Geral	Reverendo Cypriano Lopes de Arroxelas Galvão	69
Ajudante	Francisco de Paula Mesquita	26
Cirurgião-Mor	João Ferreira Barroso	40
Cirurgião-Ajudante	Silvestre Marcolino da Fonseca	22
Secretário-sargento	José Bernardo de Arroxelas Galvão	26
Companhia da cidade das Alagoas (Marechal Deodoro)		
1º Comandante	Manoel Joaquim da Costa	39
2º Comandante	Felisberto Peixoto de Araújo Lima	34
Companhia da cidade de Maceió		
1º Comandante	Manuel Ferreira Duarte Ferro	33
2º Comandante	Joaquim Félix de Sousa Botelho	59

Fonte: Arquivo Público de Alagoas

Fonte: Teles (2010, p. 32).

Neste cenário, fica evidente a escassez de efetivo na corporação, em uma época em que o Estado de Alagoas contava com uma população reduzida e, nos rincões mais remotos, o policiamento era praticamente desnecessário, pois os grandes fazendeiros mantinham seus próprios “seguranças particulares”, conhecidos como “jagunços”. Estes homens, em sua maioria assassinos

profissionais, ou seja, “pistoleiros”, eram contratados para proteger as terras de seus patrões e, em muitos casos, eliminar rivais do fazendeiro, os chamados coronéis. Nessas circunstâncias, a intervenção da polícia era rara, devido ao domínio dos fazendeiros sobre a segurança pública e o sistema judiciário.

Na Figura 7, pode ser observado o Quartel do Comando Geral da Polícia Militar de Alagoas. Localizado no centro de Maceió, na conhecida Praça da Cadeia, atual Praça da Independência. Ao fundo, a cadeia pública de Maceió.

Figura 7 – Quartel do Comando Geral, 1902



Fonte: Teles (2010, p. 50).

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Polícia Militar auxiliou as Forças Armadas na vigilância do litoral alagoano contra possíveis ataques de países inimigos, consolidando as polícias militares do Brasil como forças auxiliares e reservas do Exército Brasileiro.

Avançando alguns anos e considerando o período de redemocratização do Brasil, a Constituição Federal de 1988 também tem um papel importante na definição das funções das polícias militares:

[...] em 05 de outubro de 1988, que ficou conhecida como “Constituição Cidadã”, a missão das Polícias Militares do Brasil ficou definida no artigo 144, o qual assegura que a segurança pública é um dever do Estado, sendo, portanto, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida com o propósito da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Em seu parágrafo 5º define: “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (Teles, 2010. p. 136).

No Informativo oficial da Polícia Militar de Alagoas, O Alferes, X Edição, encontram-se alguns episódios marcantes da história da corporação musical, como se pode verificar no Quadro 1. Importante ressaltar que “O Alferes” é uma publicação periódica que tem como objetivo informar não apenas os membros da corporação, mas também a comunidade em geral sobre as atividades, ações, conquistas e demais assuntos relevantes relacionados à PMAL. “O Alferes” costuma abordar uma variedade de temas, incluindo operações policiais, projetos sociais desenvolvidos pela polícia, ações de segurança pública, eventos e cerimônias realizadas pela instituição, além de destacar o trabalho dos policiais e suas contribuições para a comunidade. Além disso, o informativo muitas vezes serve como uma ferramenta de comunicação e aproximação entre a Polícia Militar e a sociedade, permitindo que o público em geral tenha uma visão mais ampla do trabalho realizado pela instituição e do papel desempenhado pelos policiais militares no estado de Alagoas.

Quadro 1 – Linha do Tempo da Polícia Militar de Alagoas

DATA	DESCRIÇÃO
3 de fevereiro de 1982	Nasce a Polícia Militar em Alagoas com a Criação do Corpo de Guardas Municipais Permanentes
2 de junho de 1851	Lei nº 145 cria a Banda de Música da PM-AL
1865	Participação na Guerra do Paraguai como parte do 20º Batalhão de Voluntários da Pátria
1º de fevereiro de 1912	O Corpo de Segurança em Alagoas é extinto pelo governo estadual sob alegação de contenção de despesas.
3 de junho de 1912	Clodoaldo da Fonseca assume o Governo e, por meio do Decreto nº 564 reorganiza a Força Pública, reativando a PM e instituindo a Guarda Civil.
1925	Envio de tropas para unirem-se às Forças Federais para combater o movimento denominado Coluna Prestes
1932	Envio de 350 homens a São Paulo para reforçar as forças nacionais na Revolução Constitucionalista
28 de julho de 1938	No chamado Cerco de Angico, a volante alagoana debelou o bando de Virgulino Lampião culminando com a morte do Rei do Cangaço, Maria Bonita e outros nove cangaceiros. O Soldado Adrião, tombou no combate
1942	Durante a II Guerra Mundial, as tropas alagoanas atuam no patrulhamento da costa litorânea
29 de novembro de 1947	Lei nº 1368 cria a Formação de Bombeiros dentro da PM
1988	A chamada “Constituição Cidadã” Bombeiros dentro da PM
28 de novembro de 1989	Formatura da primeira turma de policiais femininas de Alagoas
22 de agosto de 1991	Decreto nº 35.021 regula a assistência médico- -hospitalar do policial militar e seus dependentes
26 de maio de 1993	Corpo de Bombeiros é declarado instituição autônoma, sendo desmembrado da estrutura da PM
1993	1ª participação da PM-AL em Missões de Paz da ONU (Moçambique). Outras ocorreram ao longo dos anos em outros países como o Sudão do Sul, por exemplo

10 de dezembro de 2003	O CGCDHPC recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, destacando o trabalho do policiamento comunitário
15 de agosto de 2003	Lei 6.399 aprova a Organização Básica da PMAL (LOB)
13 de novembro de 2009	Decreto nº 4.222 modifica os Quadros de Organização da PM-AL
29 de maio de 2012	Lei nº 7.355 considera a Banda de Música da PM-AL, Patrimônio histórico, artístico e cultural imaterial do Estado de Alagoas
15 de agosto de 2014	Decreto nº 35.142 regulamentação da Lei Estadual nº 7.581/2014, que dispõe sobre a criação do serviço voluntário remunerado (Programa Força Tarefa)
2020 e 2022	Durante a pandemia da Covid-19, a atuação da PM seguiu sem interrupção, inclusive com ações de fiscalização às medidas sanitárias de segurança. Infelizmente, doze policiais da ativa morreram em decorrência da doença
03 de fevereiro de 2022	Polícia Militar celebra os 190 anos de criação durante uma Solenidade no pátio da Academia Senador Arnon de Mello, no Trápiche da Barra, em Maceió

Fonte: Do autor com base em "O Alferes" (2022, p. 7-10).

Na próxima seção, desenvolvemos com mais detalhes a história da Banda de Música Militar.

3.2 Histórico da Banda da Polícia Militar de Alagoas

Em 2 de junho de 1851, pela Lei nº 7.355, foi estabelecida a criação da Banda de Música da PMAL, que posteriormente, em 2012, foi reconhecida como patrimônio histórico, artístico e cultural imaterial do povo alagoano (Morais, 2024). No livro intitulado "Tocando amor e tradução: a banda de música em Alagoas", escrito por Lucena (2020), a Banda de Música Militar de Alagoas, que já contou com mais de 80 músicos em seu efetivo, foi catalogada pela Escola Nacional de Música, sediada no Rio de Janeiro, como uma banda sinfônica, título conquistado por meio de uma notável apresentação na antiga capital do Brasil. Durante um Festival de Bandas de Música Militares, realizado de 30 de maio a 05 de junho de 1965, por ocasião do IV Centenário do Rio de Janeiro, a banda executou a música "La France", de V. Depois, sendo aclamada como a mais aplaudida do evento (Lucena, 2020). Segundo o jornal O Diário de Pernambuco (apud Lucena, 2016, p. 23), em um caderno especial, a banda obteve destaque ao conquistar o honroso 4º lugar em um Festival de Bandas Militares no Maracanãzinho, com regência do Maestro Alfredo Silva.

Por outro lado, há uma integração constante entre a Banda e o músico, já que sem o músico não há banda. Este último desempenha o papel crucial de se apresentar nos eventos oficiais do Estado, na corporação (paradas militares) e

nos desfiles cívicos. Ademais, para elevar a visibilidade e o reconhecimento da Banda de Música da Polícia Militar, o maestro e os músicos precisam colaborar em um projeto que permita aos policiais músicos ensinar música e promover a cidadania em projetos sociais em comunidades carentes.

Um exemplo prático seria iniciar esse projeto piloto em uma comunidade de Maceió, como a Comunidade Mutirão, no Bairro da Chã da Jaqueira, devido ao alto índice de envolvimento com o narcotráfico, ao abandono pelas autoridades, à falta de saneamento básico e à ausência de pavimentação em algumas ruas, além da presença de muitas pessoas em situação de vulnerabilidade social. A música poderia amenizar parte do sofrimento dessa comunidade, oferecendo às crianças uma oportunidade em uma profissão que está sempre em ascensão.

É reconhecido que o músico na PM é tão importante quanto aqueles que estão nas ruas. A banda de música é um sustentáculo para as bandas civis do interior, onde muitas crianças e adolescentes aprendem um instrumento e aspiram seguir a carreira de músico militar. Diante disso, é essencial reestruturar a banda, promovendo novos concursos públicos, atualizando o equipamento com instrumentos modernos e fornecendo salas adequadas para seu funcionamento contínuo. A presença de policiais músicos nas corporações policiais é um tema de relevância crescente, pois revisita questões importantes sobre conciliação de atividades e humanização da instituição. Reconhece-se que o músico na Polícia Militar desempenha um papel tão significativo quanto aqueles que atuam nas ruas. A banda de música não apenas fortalece a identidade cultural da corporação, mas também serve como um pilar para as bandas civis em áreas rurais, onde muitas crianças e adolescentes encontram inspiração para seguir a carreira de músico militar. Nesse contexto, é fundamental reestruturar as bandas militares, promovendo concursos públicos para novos integrantes, atualizando o equipamento com instrumentos modernos e proporcionando instalações adequadas para seu funcionamento contínuo. Mais a mais, é necessário considerar os desafios e benefícios da presença de policiais músicos na corporação. Enquanto a participação em eventos comunitários pode fortalecer os laços entre a polícia e os cidadãos, proporcionando uma visão mais humanizada da instituição, também é preciso

enfrentar questões práticas, como a organização de horários para conciliar as atividades musicais e policiais.

A presença de policiais músicos não apenas contribui para melhorar a relação entre a polícia e a comunidade, mas também desempenha um papel crucial no bem-estar psicológico dos policiais. Em um contexto onde os agentes enfrentam situações de violência e estresse, a música pode ser uma forma saudável de alívio, além de uma ferramenta eficaz para educar a população sobre questões de segurança pública. No entanto, a humanização da banda vai além de simplesmente participar de eventos comunitários. É necessário que a banda se distancie da imagem de força da instituição policial e se torne um símbolo de integração e cultura. Isso pode ser alcançado mediante iniciativas que promovam a participação da comunidade, como apresentações em escolas, eventos culturais e atividades de inclusão social.

As Figuras 8 e 9 retratam os áureos tempos da Banda de Música da Polícia Militar de Alagoas. Na Figura 10, especialmente, ainda é possível observar o efetivo da banda, que era imenso, perdurando até o final dos anos 1990. Posteriormente, houve uma redução progressiva desse efetivo, refletindo-se nas apresentações, as quais já não contavam com o mesmo número de músicos (pelo menos 50). Atualmente, ainda há vagas disponíveis nos quadros da PMAL, desde soldado músico até major, havendo até mesmo casos de músicos que ascenderam até o posto de coronel. Esta é uma narrativa marcada por glórias passadas e incertezas quanto ao futuro, uma vez que a Banda de Música agora realiza apresentações em um novo formato, compreendendo de 15 a 25 músicos no máximo.

Figura 8 – A Banda da Polícia Militar de Alagoas, 1923



Fonte: Lucena (2016, p. 19).

Figura 9 – A Banda da Polícia Militar de Alagoas



Foto remota atribuída à Banda da Polícia Militar de Alagoas (acervo engenheiro e escritor Denis Portela de Melo)

Fonte: Lucena (2016, p. 20).

Figura 10 – A Banda da Polícia Militar de Alagoas de 1965



Fonte: Lucena (2016, p. 22).

Além da banda de música, havia também um conjunto destinado a festas e bailes, denominado Bloco Carnavalesco Vulcão, que persiste até os dias atuais. Contudo, não mais mantém o mesmo formato anterior, que consistia em uma orquestra com mais de 30 músicos. Em 2023, o bloco desfilou em um trio elétrico com um número consideravelmente reduzido de aproximadamente 10 músicos. O estilo de banda adotado tem desagradado a muitos maestros que preferem o formato tradicional, caracterizado apenas por instrumentos de sopro e percussão, sem a inclusão de guitarra elétrica, teclado, baixo elétrico ou vocalistas. Infelizmente, essa realidade é compartilhada por diversas bandas militares pelo Brasil, devido à redução de músicos resultante da falta de concursos públicos.

O Quadro 2 ilustra a diferença entre a banda de música tradicional e o novo modelo adotado por muitas bandas militares. Essa formação não é viável para apresentações externas, como desfiles e outros eventos cerimoniais, devido à sonoridade de alguns instrumentos, que se destacam mais em ambientes fechados.

A formação atualmente adotada por muitas corporações, incluindo a da PMAL, consiste nos seguintes instrumentos: 2 saxofones alto, 2 saxofones tenor, 3 trompetes, 3 trombones, 1 baixo elétrico, 1 guitarra, 1 teclado, uma bateria e 2 ou 3 vocalistas. Essa configuração resulta em uma banda apta para

apresentações tanto externas quanto internas, porém sem manter a característica de uma banda tradicional, como anteriormente descrito.

Quadro 2: nome e quantitativo de instrumentos para uma banda sinfônica

Quantidade	Instrumento
01	Piccolo ou flautim
02	flautas transversal
02	Oboés
01	Corne Inglês
01 ou 02	Requintas (Clarinete em Mib)
16	Clarinete Sib
01 ou 02	Clarinete Alto
02	clarinetes baixo
04	fagotes (1 contrafagote, eventual)
02	Saxofones alto
02	Saxofones Tenor
01	Saxofone barítono
03	Trompas em Fá/sib (podendo usar até 6)
03	Trompetes (dependendo da orquestra esse número pode chegar a 7. Incluindo cornets, flugelhorn e trompete piccolo)
04	Trombones tenor
01	Trombone Baixo
02	Eufônios (bombardinos)
04	Tubas
05	Contrabaixos de Arco
	Violas e violinos ficam de acordo com a estrutura da Banda e sua necessidade. Sendo que, os clarinetes podem fazer a mesma função
	Percussão, também vai depender da estrutura da banda. Podendo utilizar tímpanos. Bateria, pratos suspensos, gongo, caixa clara, caixa tenor, glockenspiel (bells), xilofone,

Fonte: Rodrigues (2017, p. 43).

O estilo da Banda da PMAL tem sido alvo de críticas por parte de diversos maestros. Contudo, tanto pelas observações de muitos quanto pelos comentários informais dos próprios músicos, o principal problema parece ser a falta de efetivo, que vem diminuindo. É perceptível em ambos os quadros apresentados que se tratam de estilos distintos, onde na primeira formação vários instrumentos podem ser utilizados ou não. Poucas são as bandas militares que adotam esse estilo, incluindo os Fuzileiros Navais, o Exército Brasileiro (Comando Militar do Sudeste) e a Polícia Militar de alguns Estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Após examinar o histórico da Banda da Polícia Militar de Alagoas, que remonta à sua criação em 1851 e seu reconhecimento como patrimônio histórico do estado em 2012, torna-se evidente a importância dessa instituição não apenas como parte integrante da cultura alagoana, mas também como um elemento vital na conexão entre a corporação e a comunidade. A banda tem desempenhado um papel significativo ao longo dos anos, tanto em eventos oficiais do Estado quanto em projetos sociais que visam promover a cidadania em comunidades carentes. Neste contexto, a próxima seção analisará as ações de comunicação da Polícia Militar de Alagoas e da banda, destacando como essas iniciativas são fundamentais para fortalecer os laços entre a instituição e a sociedade.

3.3 Ações de comunicação da PMAL e da sua banda

A PMAL tem utilizado diversos meios de comunicação para se aproximar da população, incluindo alguns menos utilizados, como o site da corporação, e outros mais populares, como Instagram e Facebook, buscando essa aproximação. No entanto, o Instagram da corporação e da Banda de Música, assim como os perfis de seus batalhões, são os mais acessados. No site da instituição, são disponibilizadas várias informações relevantes, e também é utilizado o jornal digital Alferes (ver Figura 11), que talvez seja mais direcionado a determinados grupos de leitores, devido ao seu conteúdo mais aprofundado.

Figura 11 – Capa da Edição Especial Jornal O Alferes 192 anos PM-AL



Fonte: O Alferes (2024, p. 1-4).

A Figura 12 apresenta o portal web da PMAL, evidenciando a plataforma online utilizada pela instituição para disponibilizar informações relevantes à comunidade.

Figura 12— Portal web da Polícia Militar do Estado de Alagoas - PMAL



Fonte: Polícia Militar do Estado de Alagoas (2024a).

A Figura 13 mostra a Edição Especial do Jornal O Alferes, comemorando os 192 anos da PMAL, destacando a importância da comunicação impressa,

além de sua disponibilização em PDF, para alcançar diferentes públicos e disseminar conteúdos informativos e institucionais.

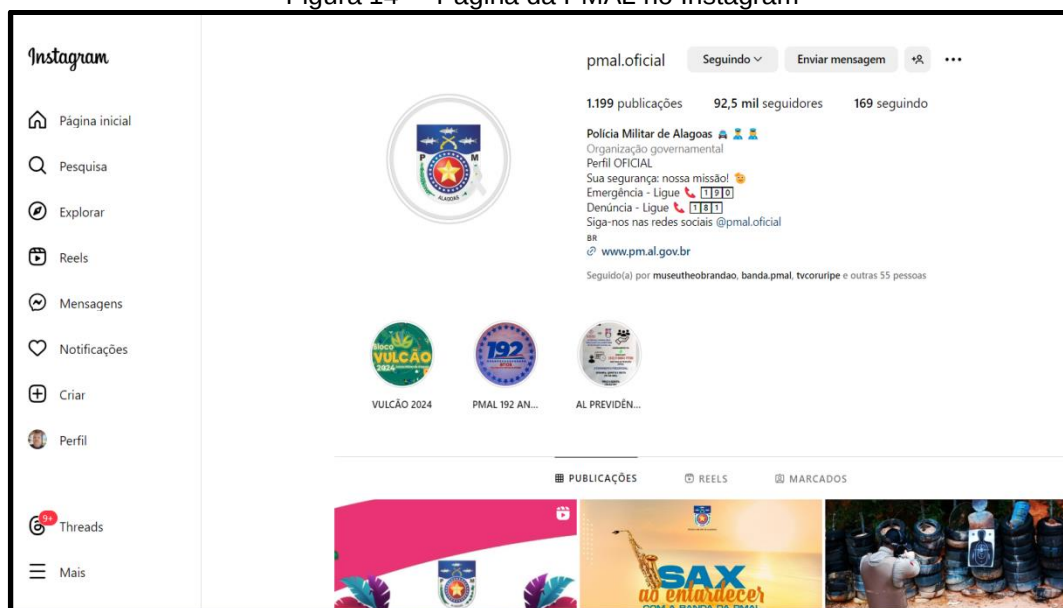
Figura 13 – Portal web da Polícia Militar do Estado de Alagoas - PMAL



Fonte: Polícia Militar do Estado de Alagoas (2024a).

Já a Figura 14 retrata a página oficial da PMAL no Instagram, demonstrando a presença da instituição nas redes sociais e sua interação com o público online. O Instagram é uma plataforma social amplamente utilizada por pessoas de várias faixas etárias, mas tem uma concentração significativa entre os jovens e adultos jovens. As pesquisas de Oliveira Y., (2014), Santos, Silva e Macial (2021) e Da Silva e Silva (2024) sugerem que a maioria dos usuários do Instagram está na faixa etária entre 18 e 34 anos. No entanto, é importante ressaltar que seu uso também está aumentando entre os usuários mais velhos, especialmente aqueles com idades entre 35 e 54 anos. Portanto, essa rede social atrai uma ampla gama de faixas etárias, com ênfase particular nos jovens adultos.

Figura 14 – Página da PMAL no Instagram



Fonte: Instagram da PMAL (2004b).

Essas figuras contribuem para visualizar de forma concreta as iniciativas de comunicação adotadas pela PMAL no fortalecimento dos laços com a comunidade e na promoção da transparência institucional.

Em se tratando das ações de comunicação da corporação musical da PMAL, desde sua criação em 1851, ela esteve presente em importantes episódios históricos não apenas no estado, mas também diretamente relacionados ao país, como apontam Lucena (2016) e o site da Polícia Militar do Estado de Alagoas (2024). Entre esses momentos destacam-se: a recepção ao Imperador Dom Pedro II durante sua visita a Penedo em 1859; a prestação de homenagem aos Voluntários da Pátria que partiram para a Guerra do Paraguai em um desfile pelas ruas de Maceió em 1865; o surgimento do Bloco Vulcão em 1936; e o lançamento do programa de apresentações musicais semanais intitulado “Vem Ver a Banda Tocar” em 1999, realizado no Espaço Gerusa Malta, na Rua Fechada, que atrai um grande público a cada edição. Esses e outros momentos significativos de interação com a população contribuíram para que, em 2012, a Banda de Música da Polícia Militar de Alagoas fosse tombada como Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Imaterial do estado.

A Banda de Música da Polícia Militar de Alagoas (PMAL), como revela o site institucional (Polícia Militar do Estado de Alagoas, 2024, s.p.), tem desempenhado um papel fundamental na promoção da cultura e integração com

a comunidade por meio de diversas ações de comunicação ao longo dos anos. Outro exemplo notável é o projeto "Frevo Não Tem Idade", realizando ações culturais na Orla de Maceió. A banda tem marcado presença constante em eventos e celebrações, como demonstrado pelas frequentes apresentações realizadas no Espaço Gerusa Malta, na Rua Fechada, na Ponta Verde de Maceió. Essas apresentações não apenas proporcionam entretenimento para a comunidade, mas também destacam o talento dos músicos da corporação e reforçam a imagem da PMAL como parte integrante da vida cultural da cidade.

Apesar dos desafios enfrentados, como as suspensões temporárias das apresentações devido à pandemia de COVID-19, a corporação musical da PMAL buscou manter seu compromisso com a comunidade alagoana. A retomada das apresentações, quando possível, demonstra a resiliência e o comprometimento da corporação em continuar servindo à população mesmo em tempos difíceis.

Além das apresentações públicas, a banda também se destaca por sua participação em eventos institucionais e comunitários, como formaturas, desfiles cívico-militares, e ações sociais. Sua presença em eventos como a Semana Nacional de Trânsito e a entrega do Espadim Tiradentes aos cadetes do Curso de Formação de Oficiais demonstra o engajamento da PMAL em promover a conscientização e o envolvimento da comunidade em diversas causas (Polícia Militar do Estado de Alagoas, 2024).

Todas essas iniciativas proporcionam momentos de entretenimento e valorização da cultura local, contribuindo para fortalecer os laços entre a PMAL e a população. A Banda de Música da Polícia Militar de Alagoas não apenas enriquece a vida cultural do estado, mas também desempenha um papel importante na promoção da imagem institucional da PMAL e no fortalecimento dos vínculos com a comunidade. Por meio de suas ações de comunicação, a banda continua a ser uma fonte de orgulho para a corporação e um símbolo de integração e comprometimento com o bem-estar da população alagoana.

Além disso, a divulgação dessas ações tanto no site institucional quanto nas redes sociais da própria corporação musical¹ desempenha um papel crucial na ampliação do alcance e na promoção da participação da comunidade. Esses canais de comunicação permitem que um público mais amplo tenha acesso às

¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/banda.pmal/>. Acesso em: 18 de mar. de 2024.

atividades da banda, fortalecendo ainda mais os laços de confiança e apreço entre a Polícia Militar de Alagoas e a população. Mediante fotos, vídeos e relatos detalhados, as pessoas podem acompanhar de perto as contribuições da banda para a cultura local e o engajamento comunitário, incentivando assim uma maior interação e envolvimento por parte da sociedade.

Após examinar as ações de comunicação adotadas pela Polícia Militar de Alagoas (PMAL) e sua banda, que incluem uma variedade de plataformas online e offline, é evidente o esforço da instituição em estabelecer e fortalecer os laços com a comunidade. A presença ativa da PMAL nas redes sociais, como Instagram e Facebook, e a disponibilização de informações relevantes por meio de seu site institucional e do jornal digital *Alferes* refletem o compromisso da corporação em promover a transparência e o engajamento público. Além disso, a história rica e as ações contínuas da Banda de Música da PMAL, desde sua fundação em 1851 até os dias atuais, destacam seu papel crucial na promoção da cultura e na integração comunitária.

No próximo capítulo exploraremos mais profundamente o impacto dessas iniciativas de comunicação no contexto das interações da banda com as comunidades vulneráveis. Analisaremos os desafios enfrentados pela banda ao buscar estabelecer conexões significativas com essas comunidades e as percepções dos membros dessas comunidades sobre o papel da banda e da PMAL em suas vidas.

4. INTERAÇÃO ENTRE A BANDA DA PMAL E COMUNIDADES VULNERÁVEIS: DESAFIOS E PERCEPÇÕES

Este capítulo aborda como é o relacionamento entre a PMAL, sua banda, e uma comunidade vulnerável, tomando como lócus o bairro de Chã da Jaqueira. Para tanto, são abordados dados sociodemográficos do Bairro de Chã da Jaqueira, suas necessidades e a atuação do poder público na comunidade, como forma de se situar o lócus de estudo. Na sequência, discutem-se estratégias de Relações Públicas Comunitárias a serem utilizadas pela banda da PMAL e as expectativas relacionadas a essas estratégias. Destaca-se, por fim, o uso da banda da PMAL como ferramenta para promover uma cultura de paz.

4.1 Conhecendo a Chã da Jaqueira

Conforme o site Bairros de Maceió (2020), o bairro de Chã da Jaqueira, era conhecido como Vila Praxedes, em referência ao seu primeiro morador, o senhor Wilson Praxedes de Oliveira natural da cidade de Cortez, Pernambuco, que adquiriu um lote medindo 20 x 40 m e, após limpá-lo, construiu a primeira casa com madeira retirada do local e estabeleceu residência com sua família. O loteamento começou a crescer quando o senhor Wilson convidou parentes, amigos e compadres para morarem na região, que antes era coberta por mata fechada. A área dispunha de água em abundância, proveniente de uma gruta próxima a uma jaqueira. O nome do bairro foi inspirado justamente pela gruta e pela jaqueira, após a criação de uma cacimba que servia para várias finalidades, como abastecer água, tomar banho, cozinhar e outras atividades. O Sr. Né Fragoso sugeriu o nome "Chã da Jaqueira" ao senhor Wilson, indicando que o local seria chamado assim devido à presença da chã junto à gruta. Essa denominação ocorreu após a abertura de uma estrada pelo então Governador Silvestre Péricles, ligando Bebedouro a Granja da Conceição, passando por Canaã. A maioria dos moradores é oriunda do interior do estado.

Em 1976, o bairro foi brevemente denominado Presidente Juscelino Kubitschek, por meio da Lei Municipal 2.038. Contudo, a mudança não foi bem recebida pela comunidade, levando à revogação da lei democraticamente em 3 de outubro de 1977, por meio da Lei 2.399. Ainda consoante o referido site, Chã da Jaqueira conta com uma escola de ensino fundamental e médio, delegacias,

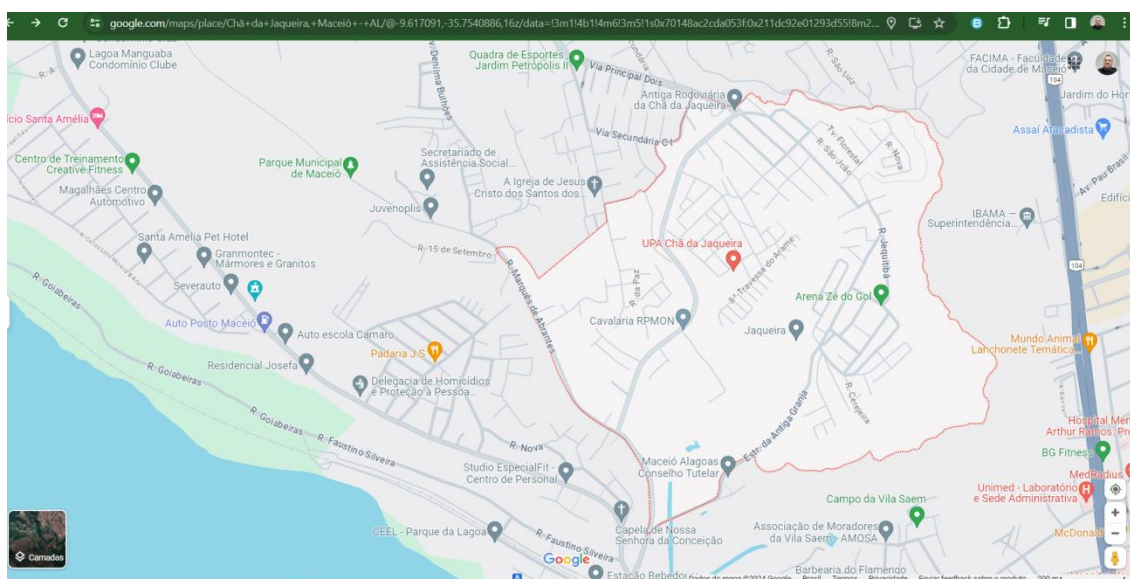
mini pronto-socorro, feira livre aos domingos e diversos estabelecimentos comerciais, tornando-se um bairro independente. Inicialmente conhecido como “terra de índio” devido à densa mata e à pequena população, o bairro hoje abriga mais de 16.000 habitantes e se destaca pela organização e trabalho árduo de seu povo (Bairros de Maceió, 2020).

O bairro possui uma área de 1,29 quilômetros quadrados, 50 logradouros e uma população de 17.394 habitantes, consoante o censo do IBGE de 2020. Enfrenta diversos problemas, especialmente na infraestrutura, como falta de rede de coleta de esgoto, pavimentação precária em muitas áreas, principalmente no Conjunto Mutirão, comunidade na qual nos deteremos com mais profundidade.

Os moradores do Conjunto Mutirão lutam constantemente por condições de vida mais dignas. No que diz respeito à segurança, a comunidade registrou uma significativa redução nos índices de violência entre 2017 e 2020, tornando-se um dos mais seguros de Maceió, conforme dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública de Alagoas e analisados pela Agência Tatu, com base em informações do Tribunal de Justiça de Alagoas e do relatório Projeções da População Residente dos Municípios Alagoanos e dos Bairros da Cidade de Maceió.

O bairro de Chã da Jaqueira, apesar de enfrentar alguns preconceitos, está situado em uma área de importância. Ao observar o mapa na Figura 15, é possível identificar os bairros vizinhos, os diversos estabelecimentos comerciais, as escolas, o Batalhão de Polícia Montada (cavalaria) e outros pontos relevantes.

Figura 15 – Localização do Bairro de Chã da Jaqueira em Maceió



Fonte: Google Maps (2024)

A presença de uma banda de música em uma comunidade pode desempenhar um papel crucial nesse sentimento de acolhimento e solidariedade entre os moradores. Assim como as relações interpessoais próximas, a música é capaz de criar laços emocionais e fortalecer os vínculos comunitários. A banda de música pode ser vista como um símbolo de união e coesão, proporcionando momentos de conforto e apoio durante períodos turbulentos. Como mencionado por Peruzzo (2009, p. 193), a proximidade entre os membros da comunidade pode ser comparada a “abrigo e amparo em meio às turbulências”. Da mesma forma, a presença da banda de música, com sua música harmoniosa e envolvente, pode oferecer um refúgio emocional para os moradores, criando um ambiente de conexão e solidariedade que transcende as dificuldades enfrentadas pela comunidade.

Uma possibilidade viável dentro desse contexto seria a realização de um projeto colaborativo entre a Banda da PMAL e a ONG Horge Venenoso², localizada no bairro Chã da Jaqueira (Figura 16). Anteriormente conhecida como

² O nome "Horge Venenoso" se deve ao fato da organização estar sempre "destilando seu 'veneno'" na imprensa local. Tal expressão é uma forma de descrever a constante manifestação e cobrança por uma maior atenção para o bairro. Aqueles que não apreciam ser cobrados adotaram esse apelido controverso para uma pessoa que luta pelos interesses de sua comunidade

Horge Social Kid's, a organização trabalhava com as crianças. No entanto, com a mudança de nome, sua atuação se ampliou, permitindo alcançar pessoas de todas as idades e engajar em atividades não apenas de cunho socioassistencial, mas também na defesa dos direitos da comunidade perante os órgãos governamentais municipais competentes. Por esse motivo, um trabalho social realizado pela banda da PMAL na organização seria interessante.

Figura 16 – Localização da ONG Horge Venenoso



Fonte: Google Maps (2024)

A análise situacional sobre a Chã da Jaqueira fornece um panorama da comunidade, incluindo sua história, desenvolvimento, desafios e conquistas. Compreender o contexto socioeconômico e cultural do bairro é fundamental para estabelecer estratégias eficazes de interação e engajamento comunitário. Ao investigar os aspectos demográficos, a infraestrutura, os índices de violência e as iniciativas locais, possibilita-se identificar oportunidades para fortalecer os laços entre a Banda da PMAL e os moradores da região. Nesse sentido, o próximo passo é explorar as estratégias de relações públicas comunitárias da banda, especialmente em relação à ONG Horge Venenoso, a fim de promover uma maior integração e colaboração entre ambas as instituições e a comunidade. A partir dessa base sólida de conhecimento sobre a Chã da Jaqueira, o estudo avança para uma análise mais específica das ações e impactos das estratégias de comunicação da banda, destacando seu papel na promoção da cultura, integração comunitária e apoio social.

4.2 Estratégias de Relações Públicas Comunitárias da Banda da PMAL com a Chã da Jaqueira

Para garantir uma boa receptividade da Banda da Polícia pela população, é essencial um planejamento que englobe o serviço de comunicação social (P-5, sigla da 5ª seção responsável pela comunicação social da PMAL), promovendo uma comunicação pública eficaz e estabelecendo um contato mais próximo para demonstrar confiança na comunidade e vice-versa. A comunicação efetiva deve inicialmente direcionar-se aos pais de crianças e adolescentes, buscando sua aceitação.

Uma das preocupações principais da Polícia deve ser o aspecto social, não partindo da premissa policial de repressão, mas sim de acolhimento, especialmente em relação às vítimas de trabalho infantil, violência doméstica e possível envolvimento com entorpecentes. Assumindo, portanto, um papel social preocupado com a formação de uma sociedade mais pacífica e justa. Por exemplo, é recorrente a dificuldade dos jovens em encontrar o primeiro emprego no Brasil. Essa problemática não é nova e leva muitos jovens a ingressarem no mercado de trabalho sem uma profissão definida, muitas vezes atuando informalmente e sem amparo legal, sobretudo os jovens do interior, cujas oportunidades de trabalho são ainda mais limitadas em comparação com os jovens dos centros urbanos.

Os projetos sociais da banda da PMAL devem ser destacados em momentos cruciais para impulsionar a restauração da harmonia nas comunidades. É crucial que a presença do poder público seja sentida após medidas de repressão da criminalidade, e os programas sociais da banda desempenham um papel fundamental nesse contexto. A sensação de segurança e a garantia do bem-estar social são as principais atividades da Polícia Militar.

Devido à violência nos bairros, os policiais militares músicos envolvidos nos projetos não só desenvolvem competências técnicas musicais, mas também enfatizam a necessidade de os alunos se tornarem cidadãos e adotarem os valores ensinados, focando em suas futuras carreiras profissionais. Um planejamento cuidadoso é essencial para garantir o sucesso do projeto. Para isso, é necessário o apoio de entidades públicas e privadas para adquirir e

manter os instrumentos musicais, além do respaldo do Comandante Geral da Polícia Militar, que deve apoiar o Mestre do CEMUS e liberar os policiais músicos voluntários para essa missão.

Além do planejamento já mencionado, é importante elaborar uma escala semanal para que os músicos possam ter suas aulas de acordo com seus horários de trabalho normais, com folgas concedidas como gratificação para aqueles que trabalham em horários alternativos. A participação do policial militar músico em trabalhos sociais é de extrema importância, pois representa mão de obra qualificada e possui um conhecimento profundo das comunidades devido ao acompanhamento em patrulhamentos diários (Binder, 2006, p. 98-99).

Atualmente, percebe-se a ausência de diálogo entre a PMAL, especialmente o Centro Musical, e a comunidade em estudo. Isso dificulta a convivência e a implementação de possíveis projetos sociais na comunidade, como é o caso do Conjunto Mutirão, no bairro de Chã da Jaqueira, que enfrenta não apenas a violência do narcotráfico, mas também o risco de um desastre provocado pela Braskem. No entanto, é fundamental retomar a discussão desse relacionamento, que está longe de ser harmonioso. Sem um diálogo amigável, torna-se difícil estabelecer qualquer projeto social por parte da PMAL, mesmo que envolva música.

A Polícia Militar de Alagoas precisa desconstruir a imagem negativa que a população tem da instituição, começando por corrigir os erros dentro da corporação, como os abusos de autoridade. A postura rígida e séria ao entrar nas comunidades, o tom de voz autoritário e os conflitos durante as abordagens muitas vezes geram medo nos cidadãos. Para promover essa mudança, é necessário que a Assessoria de Comunicação Social da PMAL tenha um profissional de Relações Públicas em sua equipe, capaz de melhorar a divulgação dos programas sociais já existentes na PM, com foco especial na banda de Música.

A relação entre a Polícia Militar e a comunidade tem sido frequentemente analisada sob várias perspectivas. No entanto, um aspecto muitas vezes negligenciado é o papel da música como meio de interação e comunicação entre esses dois grupos sociais. Em uma sociedade onde a música é reconhecida como uma das formas mais antigas de expressão e comunicação entre as

peessoas, seu potencial como facilitador de conexões entre a corporação policial e a comunidade é significativo e merece ser explorado.

Conforme observado pelo subtenente da PM e regente-substituto, Everaldo Borges, em relação ao histórico da Banda ao longo dos anos: “A história da banda da PM se confunde com a história de Alagoas”. Nesse contexto, a música pode servir como uma ponte que transcende barreiras sociais e culturais, permitindo que a Polícia Militar se conecte com os diversos segmentos da sociedade, desde as comunidades de baixa renda até as classes mais privilegiadas. (Agência Alagoas, 2012, s.p.). Ao utilizar a música como ferramenta de comunicação, a corporação pode estabelecer laços mais estreitos com a comunidade, promovendo um diálogo construtivo e fortalecendo a confiança mútua.

Além disso, a música desafia estereótipos e preconceitos, oferecendo um espaço para expressão e compreensão mútua. Ela:

[...] está nos meios de comunicação, nos telefones convencionais e celulares, na Internet, vídeos, lojas, bares, nos alto-falantes, nos consultórios médicos, nos recreios escolares, em quase todos os locais em que estamos em meios que utilizamos para nos comunicarmos, ou nos divertirmos, e também nos rituais de exaltação a determinadas entidades, enfim, nos eventos mais variados possíveis. (Hummes, 2004, p. 17).

A corporação musical da PMAL é uma condutora dessa linguagem artística. Ao criar e compartilhar músicas que abordam questões sociais relevantes, a Banda da Polícia Militar pode demonstrar seu compromisso com a promoção da justiça, igualdade e respeito pelos direitos humanos, enquanto convida a comunidade a participar de um diálogo construtivo sobre essas questões.

Kunsch (2009, p. 438) disserta que em determinado período era comum “que o papel das relações públicas [estava] a serviço dos segmentos empresariais e governamentais”. A autora mostra preocupação nesse sentido uma vez que havia a clara necessidade da “área assumir efetivamente a sua função social mediante ações que levassem o profissional a se engajar, por exemplo, no processo de comunicação alternativa das organizações populares”. Essa reflexão de Kunsch (2009) ressalta a importância crucial de as organizações reconhecerem não apenas seu papel no âmbito comercial ou

governamental, mas também sua responsabilidade social. Nesse sentido, é fundamental que as relações públicas atuem como facilitadoras de uma comunicação inclusiva e participativa, onde as vozes das comunidades marginalizadas e organizações populares sejam ouvidas e consideradas. Este trabalho destaca a relevância dessas ideias ao analisar de perto as ações concretas realizadas pela Banda de Música da PMAL, que não apenas se envolve com a comunidade local por meio de apresentações e eventos, mas também se compromete com iniciativas de comunicação alternativa que promovem o engajamento cívico e fortalecem os laços entre a polícia militar e a população.

Do ponto de vista acadêmico, a análise do papel da música na interação entre a Polícia Militar e a sociedade é crucial para uma compreensão mais profunda do papel dessa instituição na comunidade. Como observado por Merriam (1964, p. 209 apud. Hummes, 2004, p. 18), há uma diferença entre ‘usos’ e ‘funções’ da música. Desse modo, “O ‘uso’ [...] se refere à situação na qual a música é aplicada em ações humanas; a ‘função’ diz respeito ‘às razões para o seu emprego e, particularmente, os propósitos maiores de sua utilização”.

Ao investigar como a música pode ser utilizada para promover uma cultura de paz, cooperação e entendimento mútuo, os estudiosos podem contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas policiais mais eficazes e socialmente responsáveis.

Com base nas entrevistas realizadas com os três sujeitos, dois moradores do bairro Chã da Jaqueira e o dirigente da (ONG) Horge Venenoso, localizada no mesmo bairro, foi possível identificar diversos temas e percepções relacionadas à interação entre a Banda da Polícia Militar de Alagoas e as comunidades vulneráveis, especificamente a comunidade de Chã da Jaqueira, como se verá na próxima seção.

4.3 Percepções da comunidade sobre a interação da Banda da PMAL

Com base nas entrevistas realizadas com três moradores do bairro, que por questões éticas não terão seus nomes citados, foi possível identificar diversos temas e percepções relacionadas à interação entre a Banda da Polícia

Militar de Alagoas (PMAL) e as comunidades vulneráveis, especificamente a comunidade de Chã da Jaqueira. Infelizmente, por questões burocráticas, não foi possível a realização da entrevista com o representante da comunicação da Banda da Polícia Militar de Alagoas.

Quadro 3 - Função dos entrevistados e data das entrevistas

Entrevistado	Função	Data da entrevista
Entrevistado 01	Líder da ONG Horge Venenoso	20 de fev. 2024
Entrevistado 02	Morador do Bairro Chã da Jaqueira	23 de fev. 2024
Entrevistado 03	Morador do Bairro Chã da Jaqueira	23 de fev. 2024

Fonte: Do autor (2024).

A análise de conteúdo revelou percepções importantes sobre os desafios enfrentados pela banda, além da visão dos moradores em relação à presença policial na comunidade e à receptividade em relação a iniciativas culturais e comunitárias.

A interação entre a Banda da Polícia Militar de Alagoas e as comunidades vulneráveis é um fenômeno complexo que envolve diversos aspectos sociais, culturais e institucionais. Após a pré-análise e a exploração do material das entrevistas, foi possível identificar alguns elementos importantes que corroboram a discussão aqui empreendida.

a) Desafios da Banda de Música da PMAL segundo os moradores

A Banda da Polícia Militar de Alagoas (PMAL) desempenha um papel significativo dentro da instituição policial e na relação com as comunidades que serve. No entanto, sua atuação enfrenta uma série de desafios que vão desde aspectos logísticos e operacionais até questões sociais e de integração comunitária. Neste contexto, é essencial compreender e analisar esses desafios para identificar possíveis estratégias de superação e aprimoramento das práticas da banda.

Apesar das iniciativas tanto por parte da PMAL quanto da Banda de Música, ainda existem necessidades de projetos sociais não apenas para a ONG, mas que envolvam a comunidade do Bairro de Chã da Jaqueira. Entretanto, a PMAL, pela natureza de sua atividade, de manter a ordem pública e garantir a segurança da população, não dispõe, como vimos nos tópicos anteriores, de recursos humanos e financeiros suficientes para tal. A Banda de Música, por sua vez, sendo um braço desta corporação e subordinada a ela, enfrenta desafios que a impedem de exercer funções de maior presença e envergadura nas diversas comunidades da cidade. Obviamente, dado o quantitativo de músicos atuais, não seria possível fornecer música para eventos militares e cerimônias oficiais, como desfiles, formaturas e homenagens; representar a instituição em eventos formais; envolver-se em atividades comunitárias, como apresentações públicas em locais de interesse local, escolas, hospitais e eventos culturais, e ainda incluir aspectos educacionais, como aulas de música para membros de todas as comunidades ou projetos sociais da cidade.

Segundo levantamento feito em 2011, a banda contava com 92 músicos. Na presente data, 20 de março de 2024, o quantitativo de militares em atividade no Centro Musical é de 97 (Polícia Militar do Estado de Alagoas, 2024a). Apesar das limitações, como vimos nos tópicos anteriores, iniciativas voltadas para o desenvolvimento artístico e cultural de jovens ocorrem pontualmente no próprio espaço da banda.

Nesse sentido, o Entrevistado 1 relata:

Os desafio, seriam por parte da polícia liberar os músicos para vim ensinar aqui. Se liberasse, a comunidade apoiava. Quem não quer ver seu filho, fazendo uma coisa boa. Eu que servi o Exército em 90, gostava muito de marchar ouvindo a banda tocar. Quando não estava marchando, ficava ouvindo do rancho, você sabe disso.

Para além do quantitativo de recursos humanos (músicos) adequados ao quadro da Banda de Música, outro desafio enfrentado pela Banda da PMAL está relacionado à garantia de recursos suficientes para suas atividades. Infelizmente, essa é uma dura realidade para as corporações desse nicho no Brasil (Lima, 2000; Costa, 2011; Cruz; Nassif, 2018). Isso inclui a manutenção dos instrumentos musicais, a contratação de profissionais qualificados e o

financiamento de apresentações e projetos. A disponibilidade de recursos financeiros nem sempre é constante e suficiente para atender todas as demandas da banda, o que pode impactar diretamente sua capacidade de atuação e qualidade das atividades desenvolvidas. Nesse sentido, a gestão eficaz dos recursos disponíveis torna-se fundamental para garantir a continuidade e o sucesso das atividades da banda.

Além dos desafios logísticos, a Banda da PMAL também enfrenta dificuldades em se inserir de forma efetiva e significativa nas comunidades vulneráveis atendidas pela polícia. Sobre esse aspecto, o Entrevistado 1, ao ser questionado sobre a relação da PMAL com os moradores da comunidade, respondeu:

Antes era mais complicado. A polícia entrava aqui e antes mesmo de perguntar quem 'tava' errado ou 'tava' certo, já ia descendo o cacete. Porque tinha muito maloqueiro e traficante. Depois que abriu aqui o quartel da cavalaria, as coisa mudou. Já tem muita gente que visita o quartel, que abre de vez em quando pra população. Também usa os cavalo, para tratamento de criança deficiente. Hoje, muitos dos vagabundo que tinha aqui, mudaram. Só faziam sujar o nome da comunidade. Sempre morei aqui e vejo que já mudou muita coisa. A polícia já atende nossos pedidos, a comunidade tem mais segurança, porque o crime diminuiu. Tem o batalhão escolar, que sempre visita as escola do bairro. É muito bom conviver em paz com todos.

A construção de laços de confiança e a superação de barreiras culturais são aspectos essenciais para o sucesso dessa integração. A comunicação e o estabelecimento de uma relação de proximidade e respeito com os moradores dessas comunidades são fundamentais para promover a aceitação e o reconhecimento da banda como um agente de transformação positiva.

A partir das entrevistas realizadas, é possível observar que a comunidade reconhece a importância da presença da Banda da PMAL em suas vidas, destacando a contribuição positiva que ela pode trazer para o desenvolvimento social e cultural. No entanto, alguns moradores expressam preocupações quanto à eficácia das ações da banda e à sua capacidade de compreender e atender às necessidades específicas das comunidades em situação de vulnerabilidade.

Nesse ponto, emerge então quase que um paradoxo. Por um lado, a sensibilidade da música e, por outro, o rigor militar e tudo que a envolve. Como pontua o Entrevistado 1,

Por causa da fama ruim da comunidade, a polícia, já entrava com arma na mão e às vezes já atirando. Bastava olhar pra viatura que eles (a polícia) já descia mandando botar a mão na cabeça e revistava a pessoa. Também se um menino tivesse alguma coisa que eles não gostasse [sic], também já revistava e até batia.”

Como pontua Costa (2011) e Lima (2023), a música, ao longo dos séculos, tem desempenhado um papel fundamental como forma de comunicação e expressão cultural. A sua capacidade única de evocar emoções e sentimentos transcende as barreiras linguísticas e culturais, tocando profundamente a sensibilidade humana. Ao adentrar nas comunidades, a Banda da Polícia Militar, por intermédio da música, poderá construir pontes relacionais entre a corporação primeira, a saber, a Polícia Militar, e a comunidade. Como apresentado por Pesavento (2009), a música se destaca como uma das formas mais sensíveis de comunicação, capaz de transmitir mensagens e narrativas de maneira poderosa e impactante: “Ora, a música leva a palma de ser a mais sensível das comunicações, a que mais toca à emoção e ao sentimento” (p. 578).

Diante desses desafios, é fundamental que a Banda da PMAL adote uma abordagem inclusiva e participativa, envolvendo ativamente os moradores das comunidades em suas atividades e projetos. Isso pode ser feito por meio da realização de eventos e apresentações abertos ao público, da promoção de atividades educacionais e culturais nas escolas e comunidades, e do estabelecimento de parcerias com organizações locais e outras instituições públicas e privadas, como já apontou o Entrevistado 1.

Além disso, é importante que a banda desenvolva estratégias de comunicação e divulgação eficazes para promover suas atividades e engajar a comunidade de forma mais ampla e participativa. Isso pode incluir o uso de mídias sociais, campanhas de sensibilização e eventos comunitários para divulgar suas ações e mobilizar o apoio da população.

É essencial que a Banda da PMAL mantenha um diálogo constante e aberto com as comunidades que serve, ouvindo suas demandas e preocupações, e buscando sempre formas de melhorar e adaptar suas atividades às necessidades locais. Somente por meio de uma abordagem colaborativa e comprometida com o bem-estar e o desenvolvimento das

comunidades, a banda poderá superar os desafios enfrentados e alcançar seu pleno potencial como agente de transformação social e cultural.

b) Relacionamento entre a PMAL e a comunidade

A percepção dos moradores sobre a Polícia Militar de Alagoas reflete uma dinâmica complexa de interações entre a comunidade e a instituição policial. As respostas obtidas nas entrevistas revelam uma variação de opiniões e experiências individuais, indicando diferentes perspectivas sobre o papel e as ações da PMAL na comunidade de Chã da Jaqueira, como relata o Entrevistador 2:

Olha! antes era bem pior. nós era maltratado [sic]. [...] Era muita coisa ruim. Depois foi melhorando. Uns morreram, outros pra não morrer fugiram. Foi quando ficou mais tranquilo. A polícia começou a conversar com a gente, visitar as escolas. [...] Vai na sede da associação saber se tem algum problema. Eles só não querem bagunça. Os moradores mesmo, ligam denunciando. Ninguém aguentava mais não. Tava de mais as coisa [sic] por aqui. Pensei até em mudar de bairro.

É perceptível uma mudança ao longo do tempo na relação entre os moradores e a PMAL. Como mencionado pelo líder da ONG local, a presença mais próxima da polícia na comunidade, incluindo visitas às escolas e a abertura do quartel da cavalaria para eventos comunitários, contribuiu para uma melhoria na percepção de segurança e uma diminuição da violência. Essa mudança sugere uma evolução nas estratégias de policiamento, que passaram de uma abordagem mais repressiva para uma maior interação comunitária, alinhada com conceitos de polícia comunitária discutidos por autores como Silva (2011) e Reis (2003).

No entanto, as entrevistas também evidenciam desafios persistentes na relação entre a PMAL e os moradores. Ambos os entrevistados mencionam casos de violência policial, embora reconheçam que essas ocorrências diminuíram com o tempo. O Entrevistado 2, supramencionado, e 3 citado a seguir, relatam experiências de abuso de poder e revistas arbitrárias, destacando a falta de confiança e o medo da polícia, especialmente entre os jovens da comunidade.

Hoje, as coisas estão mais calmas, Mas, já houve um tempo em que era difícil viver aqui em Chã da Jaqueira e nos bairros próximos, devido à rivalidade entre jovens que viviam uma vida de ilusão, nas drogas e os grupos de cada bairro, queriam ser melhor do que o outro, Por isso, quase todo fim de semana tinha briga. Era aí onde entrava a polícia, para separar as brigas e evitar uma tragédia maior. São que sempre acabava acontecendo o que nenhum morador queria. As trocas de tiro entre polícia e jovens. Mas, sempre acabava sobrando para quem não tinha nada a ver com as brigas. Depois de passada a situação, no dia seguinte, a polícia voltava para fazer revistas em vários moradores, inclusive inocentes apanhavam, por ser parente de algum desses que causavam a bagunça. Nem sempre aqueles que tinham culpa, eram pegos. Sobrando para parentes e amigos serem vítimas de violência da polícia. Eram operações desastrosas, policiais despreparados. Como diz um velho ditado: "com sangue nos olhos." Assim era a vida na Jaqueira. Hoje muitas coisas mudaram. A polícia até nos trata bem. Com as associações, mostrando e defendendo o direito da comunidade. Ainda não está cem por cento, mas, creio que um dia vai melhorar. Como disse: já foi pior. (Entrevistado 3).)

Essas percepções são consistentes com estudos que apontam para a necessidade de superar a desconfiança mútua entre a polícia e as comunidades carentes, como discutido por Pinheiro (1983) e Sampson et al. (2018).

Além disso, é relevante observar as expectativas da comunidade em relação à atuação da PMAL. O líder da ONG expressa o desejo por uma presença mais constante da polícia, especialmente em eventos comunitários e projetos sociais. Ele destaca a importância de parcerias entre a PMAL e organizações locais para promover a segurança e o bem-estar da comunidade, sugerindo uma abordagem colaborativa de policiamento. Essa visão está alinhada com a literatura sobre policiamento orientado para a comunidade, que enfatiza a importância da participação ativa da comunidade no desenvolvimento de estratégias de segurança (Hundzinski, 2023).

Por fim, é importante ressaltar a necessidade de ações concretas para melhorar a relação entre a PMAL e os moradores. As sugestões do líder da ONG para a realização de projetos musicais na comunidade demonstram uma oportunidade de construir pontes entre a polícia e os jovens locais por meio da cultura e da educação. Essa abordagem está alinhada com a ideia de policiamento baseado na comunidade, que enfatiza a importância da construção de confiança e do envolvimento comunitário para promover a segurança e prevenir o crime (Bordin, 2005). Em suma, a análise da percepção dos moradores sobre a PMAL revela uma complexidade de relações e desafios

enfrentados pela polícia e pela comunidade de Chã da Jaqueira. A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para o desenvolvimento de estratégias eficazes de policiamento comunitário e para a construção de uma relação de confiança e colaboração entre a polícia e os cidadãos.

c) Receptividade a iniciativas culturais e comunitárias

Este tópico examina como os moradores perceberiam e acolheriam possíveis atividades a serem realizadas pela Banda de Música da PMAL na comunidade, identificando os fatores que influenciam sua receptividade e os desafios enfrentados na implementação dessas iniciativas.

Chã da Jaqueira é uma comunidade marcada por uma rica diversidade cultural, expressa através de suas tradições, música e identidade coletiva. A valorização da cultura local se reflete na receptividade demonstrada pelos moradores às iniciativas culturais e comunitárias. Essa valorização pode ser compreendida à luz dos estudos sobre identidade cultural e pertencimento, que destacam a importância das expressões culturais na construção de laços sociais e na afirmação da identidade comunitária (Hall, 1997).

As entrevistas realizadas com três moradores de Chã da Jaqueira revelam uma variedade de percepções em relação às iniciativas culturais e comunitárias. Há uma apreciação geral por parte dos entrevistados em relação a essas atividades, destacando sua importância para o fortalecimento da comunidade e a promoção do bem-estar social. No entanto, também são identificados desafios e preocupações em relação à implementação e eficácia dessas iniciativas.

Entre os principais desafios enfrentados na implementação de iniciativas culturais e comunitárias em Chã da Jaqueira, destacam-se questões relacionadas à infraestrutura, financiamento e coordenação institucional. A falta de recursos financeiros e infraestrutura adequada pode limitar a capacidade de realizar atividades culturais significativas na comunidade. Além disso, a falta de coordenação entre as diferentes partes interessadas, incluindo organizações locais e instituições governamentais, pode dificultar a implementação e sustentabilidade desses projetos (Reimers, 2005). O Entrevistado 1 ao ser questionado sobre um projeto musical na comunidade, disse:

Seria muito bom. As crianças daqui, precisam de uma ocupação. Aqui já teve muita coisa. Minha mãe sempre me fala. Hoje os menino, vivem na rua sem fazer nada. Só jogar bola e de vez em quando sai uma briga. Tenho certeza que toda a comunidade ia gostar se tivesse esse projeto aqui. Até tinha falado com meu amigo Anilson, que é maestro, pra fazer um projeto aqui. Só que ele mora longe e a ONG, não tem condições de para a passagem dele. Mas a polícia, já seria diferente. Muitos, acho que moram aqui em Maceió e seria bem mais fácil. Pegava uma sala vazia na escola e convidava quem quisesse aprender música. A comunidade apoiava esse projeto. Eu mesmo saía convidando todo mundo para participar. Seria muito bom mesmo. Quando a Filarmônica de Passo veio se apresentar aqui, o povo gostou muito, você mesmo viu. Só ficaram afastado, por causa daqueles menino, que tavam usando droga e a polícia chegou. Mas, não atrapalhou nada. Foi uma apresentação muito boa. Queriam que viesse mais vezes. [sic].

A participação ativa da comunidade é um elemento fundamental para o sucesso de iniciativas culturais e comunitárias. A colaboração entre os moradores, organizações locais e instituições governamentais pode aumentar a eficácia e a sustentabilidade desses projetos, garantindo que atendam às necessidades e interesses da comunidade (Barnes, et al., 2016). O engajamento dos moradores é essencial para garantir que as iniciativas propostas sejam culturalmente sensíveis e respondam às demandas locais.

Apesar dos desafios enfrentados, as iniciativas culturais e comunitárias têm o potencial de gerar impactos significativos na comunidade de Chã da Jaqueira. Além de promover a expressão cultural e o fortalecimento da identidade comunitária, essas atividades podem contribuir para o desenvolvimento humano, o bem-estar social e a coesão comunitária (Hernandez et al., 2009). Ao proporcionar oportunidades para o envolvimento cívico e a participação ativa dos moradores, essas iniciativas podem empoderar a comunidade e promover uma cultura de colaboração e solidariedade.

A análise da receptividade a iniciativas culturais e comunitárias em Chã da Jaqueira destaca a importância de abordagens participativas e culturalmente sensíveis para o desenvolvimento comunitário. Ao reconhecer e valorizar a rica diversidade cultural da comunidade, é possível criar espaços de convivência e diálogo que promovam o bem-estar social e fortaleçam os laços comunitários. O apoio contínuo das partes interessadas, juntamente com o engajamento ativo dos moradores, é essencial para superar os desafios e maximizar o impacto positivo dessas iniciativas no longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, exploramos as estratégias de relações públicas comunitárias da Banda de Música da Polícia Militar de Alagoas, buscando compreender seu impacto na interação entre a corporação policial e as comunidades locais. Nossa análise revelou uma série de percepções significativas sobre o papel da música como meio de comunicação e integração social, bem como sobre o potencial das práticas de engajamento comunitário para fortalecer os laços entre a polícia e os cidadãos.

Uma das principais descobertas deste estudo foi a importância da Banda de Música como uma ferramenta eficaz para promover o diálogo e a colaboração entre a polícia e a comunidade. Ao utilizar a música como meio de comunicação, a banda conseguiu transcender barreiras sociais e culturais, estabelecendo laços mais estreitos com os diversos estratos da sociedade. Isso não apenas fortaleceu a confiança mútua entre a polícia e os cidadãos, mas também contribuiu para a promoção da coesão social e a construção de comunidades mais seguras e inclusivas.

Observamos ainda que as práticas de relações públicas comunitárias da Banda de Música podem ter um impacto positivo na percepção da polícia pela comunidade. Ao destacar os aspectos positivos do trabalho policial e envolver ativamente os cidadãos em iniciativas comunitárias, a banda conseguiria desconstruir estereótipos negativos e promover uma imagem mais positiva da instituição policial.

Conforme observado por Bauman (2001), a comunidade é um lugar tranquilo e acolhedor, que serve como refúgio em momentos de perigo, como ele menciona, um lugar onde podemos nos proteger das chuvas e dos rigores do tempo. É um espaço onde as pessoas convivem como se fossem familiares. Além disso, é inegável que uma comunidade possui um conjunto de regras e valores que são fundamentais para sua coesão na sociedade. Nesse sentido, a manutenção desses valores deve ser realizada no dia a dia, por meio do cumprimento dos direitos e deveres de cada membro desse espaço. Embora não haja necessariamente uma ligação direta entre eles, a comunidade é coletiva, e todas as ações estão interligadas. De acordo com Tönnies (1987), a comunidade

é baseada em características comuns entre os indivíduos, como parentesco, língua, religião e território.

Após uma análise da interação entre a Banda da Polícia Militar de Alagoas (PMAL) e a comunidade do Conjunto Mutirão, fica evidente a complexidade e a importância desse relacionamento para ambas as partes. Os desafios enfrentados pela banda, desde questões logísticas até a construção de laços de confiança com as comunidades, ressaltam a necessidade de estratégias eficazes de superação e aprimoramento. Da mesma forma, a percepção dos moradores sobre a PMAL revela uma dinâmica variada de interações, destacando a evolução das estratégias de policiamento e os desafios persistentes na construção de uma relação de confiança mútua. Além disso, a receptividade às iniciativas culturais e comunitárias demonstra o potencial dessas atividades para promover o fortalecimento da comunidade e o desenvolvimento humano. Em última análise, essas percepções e interações ressaltam a importância do diálogo contínuo, da colaboração e do engajamento ativo das partes interessadas para promover uma interação mais positiva e construtiva entre a banda e as comunidades vulneráveis atendidas pela PMAL.

Diante do exposto, o presente trabalho pode contribuir para a compreensão acadêmica mais ampla sobre o papel da música na construção de pontes entre a polícia e a comunidade. Ao examinar como a música é utilizada pela Banda de Música da Polícia Militar de Alagoas como meio de comunicação e integração social, podemos gerar novas perspectivas teóricas sobre as formas pelas quais a cultura e a arte podem ser mobilizadas para promover a coesão social e a segurança pública. Outra contribuição é o fortalecimento do diálogo entre a polícia e a comunidade, especialmente em contextos urbanos e periféricos. Ao destacar as práticas bem-sucedidas da Banda de Música da Polícia Militar de Alagoas na construção de confiança e colaboração com as comunidades locais, esperamos inspirar outras organizações policiais a adotar abordagens semelhantes e a explorar o potencial da cultura e da arte como ferramentas de policiamento comunitário.

Esta pesquisa pode ter ainda implicações políticas e sociais mais amplas, fornecendo evidências empíricas sobre os benefícios das estratégias de relações públicas comunitárias para a segurança pública e o bem-estar das comunidades. Ao destacar o impacto positivo da Banda de Música da Polícia

Militar de Alagoas nas comunidades locais, esperamos influenciar políticas e práticas de policiamento que priorizem o engajamento comunitário e a construção de parcerias positivas entre a polícia e os cidadãos.

Por fim, ressaltamos a importância de investir em estratégias de relações públicas comunitárias como parte integrante das políticas de segurança pública. Ao priorizar o engajamento comunitário e promover uma comunicação aberta e transparente entre a polícia e os cidadãos, é possível construir parcerias positivas que contribuam para a prevenção do crime e o fortalecimento do tecido social. E a Banda de Música da Polícia Militar tem um importante papel nesse cenário, uma vez que sua natureza pode ser claramente descrita como multifuncional e cultural, pois combina elementos de entretenimento, representação institucional, promoção cultural e engajamento comunitário.

Esperamos que este estudo sirva como um ponto de partida para futuras pesquisas e iniciativas que visem aprimorar o relacionamento entre a polícia e a comunidade, contribuindo assim para a construção de sociedades mais seguras, justas e inclusivas. Um desses direcionamentos pode ser o estudo do papel da música na mediação de conflitos no contexto da Banda de Música da Polícia Militar. Além disso, ao considerar que a integração da banda com o músico é essencial para seu funcionamento, uma proposta de projetos sociais que envolvem o ensino de música em comunidades carentes pela Banda de Música da PMAL seria não apenas uma oportunidade a ser explorada como estratégias para elevar a visibilidade e o reconhecimento da banda, mas também como locus de futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ALAGOAS. Banda de Música da PM é patrimônio histórico do povo de Alagoas. 2012. Disponível em: <https://www.alagoas24horas.com.br/543001/banda-de-musica-da-pm-e-patrimonio-historico-do-povo-de-alagoas/>. Acesso em: 17 de mar. 2024.

ARANHA, M. S. F. Inclusão Social e Municipalização. *In*: Eduardo José Manzini. (Org.). **Educação Especial**: temas atuais. Marília: Unesp-Marília Publicações, 2000. p. 1-10.

BAIRROS DE MACEIÓ. Conheça a história de um bairro. 2020. Disponível em: <https://bairrosdemaceio.net/>. Acesso em: 05.03.2024.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola. 2008, 135p. (Série Estratégias de Ensino, n. 8.).

BORDIN, Marcelo. **A Política de Segurança Pública no Governo Jaime Lerner** (1995 – 2002), Monografia de Conclusão do Curso de Ciência Política da Faculdade Internacional de Curitiba. Curitiba, 2005.

BOHM, David. 2005. **Diálogo**: comunicação e redes de convivência. Tradução de Humberto Mariotti. São Paulo: Palas Athena.

CANO, Ignácio. Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISER, 1997. Disponível em: <https://www.musicasnoplural.com/musicaeapazentreasreligioes>. Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

CERVANTES, A. M. de; SILVA, J. A. da .; MEDEIROS, P.; FREITAS, R. L. de. Música para a Vida: bem-estar e saúde mental em crianças estimuladas com educação musical baseada em metodologias ativas em grupos de estudo de música religiosa. **Revista Música**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 577-589, 2023. DOI: 10.11606/rm.v23i1.210278. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistamusica/article/view/210278>. Acesso em: 3 mar. 2024.

COSTA, Manuela Areias. Música e História: desafio analítico. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH. São Paulo**, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308014586_ARQUIVO_MusicaeHistoria-textoanpuhsp.pdf. Acesso em: 20.03;2024.

CULTURA. *In*: Dicio, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cultura/>. Acesso em: 17.03.2024.

DA CRUZ, Fernando Vieira; NASSIF, Silvia Cordeiro. Banda de música: ensino (s), desafios e conexões musicais. In: **ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DA ABEM**, 11. 2018. Disponível em: http://abemeducacaomusical.com.br/anais_ersd/v3/papers/3204/public/3204-11405-1-PB.pdf. Acesso em: 20.03;2024.

DA SILVA, J. S. C.; SILVA, L. F. B. Polícia Militar do Paraná através das mídias sociais e a sua ligação com a filosofia da Polícia Comunitária. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 2277–2293, 2024. DOI: 10.34117/bjdv10n1-140. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/66809>. Acesso em: 3 mar. 2024.

DA SILVA, Juliana Sampaio Carvalho; SILVA, Leandro Ferreira Borges. Polícia Militar do Paraná através das mídias sociais e a sua ligação com a filosofia da Polícia Comunitária. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 2277–2293, 2024. DOI: 10.34117/bjdv10n1-140. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/66809>. Acesso em: 3 mar. 2024.

FARIAS, Roberto, **O universo instrumental da banda**. Publicado originalmente na Revista Weril nº126. in Música Sacra e Adoração. Disponível em: <https://musicaeadoracao.com.br/25154/o-universo-instrumental-da-banda-sinfonica/>. Acesso em 10 de mar de 2024.

FREIRE, Paulo. 1997. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Vanda Bellard. **Música e Sociedade**: uma perspectiva histórica e uma reflexão aplicada ao ensino superior de Música / Vanda Lima Bellard Freire. – 2. ed. rev. e ampl. – Florianópolis : Associação Brasileira de Educação Musical, 2010.

GARCÊS, Bruno Miguel Oliveira. **A legitimidade da ação policial: impacto do regime excecional de 2020**. 2021. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Lisboa, 2021. Interna <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/37039/1/Disserta%20a7%20a3o%20-%20Bruno%20Garc%20aas.pdf>

HENRIQUES, Márcio Simeone. A cultura e o poder na relação entre organizações e comunidades: aspectos reveladores. In: MARCHIORI, Marlene **Sociedade, comunidade e redes**. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2014. p. 49-62.

HUNDZINSKI, Brenda Ohana Rocha. A ORGANIZAÇÃO DO POLICIAMENTO NO BRASIL. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 4, n. 10, p. e4104257-e4104257, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4257>. Acesso em: 17 mar. 2024.

HUMMES, Júlia Maria. Por que é importante o ensino de música? Considerações sobre as funções da música na sociedade e na escola. **REVISTA DA ABEM**, [S. l.], v. 12, n. 11, 2014. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/343>. Acesso em: 3 mar. 2024.

JORNAL O ALFERES. Informativo da Polícia Militar de Alagoas. Ano V, Edição Especial, fevereiro de 2024. Disponível em: Fonte: <https://pm.al.gov.br/jornal-o-alferes>. Acesso em: 04.03.2024.

KOVARICK, Lúcio. **Viver em risco**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento e gestão das relações públicas comunitárias**. Tradução . São Paulo: Saraiva, 2009

LIMA, Marcos Aurelio de. **A Banda e seus desafios: levantamento e análise das táticas que a mantem em cena**. 2000. Tese de Doutorado. Universidade de Campinas, 2000. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=481619>. Acesso em: 20.03;2024.

LUCENA, Wilson José Lisboa. **Tocando amor e tradução**: a banda de música em Alagoas. v.2. Maceió: Editora Viva, 2016.

MARTINS, G.; PAIVA, R. Favela da Maré: a comunicação comunitária como geradora de mudança social. **RUA**, Campinas, SP, v. 29, n. 1, p. 97–109, 2023. DOI: 10.20396/rua.v29i1.8673223. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8673223>. Acesso em: 3 mar. 2024.

MARTINS, Juliana; DA CRUZ, Juliana Lemes. As mortes de policiais em 2022. *In*: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 17., p. 50-57, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 14/02/2024.

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. **Conversando sobre metodologia da pesquisa científica** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; CASTRO, Fábio Ávila de. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 971-986, 2015.

MESQUITA NETO, P. Violência Policial no Brasil: Abordagens Teóricas e Práticas de Controle. *In*: PANDOLFI, D. C.; CARVALHO, J. M. de; CARNEIRO,

L. P.; GRYNSZPAN, M. (Orgs.). **Cidadania, Justiça e Violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 129-148, 1999.

NAKASHIMA, Maurício. A VISÃO DA SOCIEDADE SOBRE A CONFIANÇA NA POLÍCIA MILITAR. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação, [S. l.], v. 9, n. 9, p. 1922–1932, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i9.11333. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11333>. Acesso em: 3 mar. 2024.

ODENA, Oscar. Las visiones de profesionales sobre proyectos intercomunitarios de educación musical en Irlanda del Norte. **Revista da ABEM**, Londrina, v.25, n.39, 39-60, jul.dez. 2017.

OLIVEIRA, W. C. de. Música e Sociedade. **Revista Música**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 70-78, 1991. DOI: 10.11606/rm.v2i1.55021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistamusica/article/view/55021>. Acesso em: 3 mar. 2024.

OLIVEIRA, Yuri Rafael de. O Instagram como uma nova ferramenta para estratégias publicitárias. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 16., 15 a 17 maio 2014, João Pessoa. Anais [...] São Paulo: Intercom, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/30633>. Acesso em: 05.03.2024.

PAZ. In: Dicio, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/paz/>. Acesso em: 17.03.2024.

PERUZZO, Cicilia. 2008. “Os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados”. **Palavra Chave**. La Plata, Universidad de la Sabana, v. 11: 367-379.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa na Era Digital: Entre Utopias Freireanas e Distopias. **Media & Jornalismo**, v. 23, n. 42, p. 23-38, 2023. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/12200/9281>. Acesso em: 3 mar. 2024.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência sem Controle e Militarização da Polícia. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 2, São Paulo, 1983, p. 8 –12.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, Crime e Sistemas Policiais em Países de Novas Democracias. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, 1997.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS. Governo do Estado de Alagoas, 2024. Disponível em: <https://pm.al.gov.br/>. Acesso em: 04.03.2024a.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS. Instagram: PMAL @pmal.oficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/pmal.oficial/>. Acesso em: 04 mar. 2024b.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Universidade Feevale – Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2013.

QUÉRÉ, L. D'un modèle épistémologique de la communication à um modèle praxéologique. *Réseaux*, Paris: Tekhné, 46/47, 1991, p. 69-90.

RODRIGUES, J.L.M. **Entre a banda civil e a banda sinfônica: características das práticas musicais da Banda Municipal de Uberlândia entre as décadas de 1950 e 1990**. 2018. 127 f. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20900>. Acesso em: 17.03.2024.

REIS, Bruno. Capital social e confiança: questões de teoria e método. **Revista de Sociologia e Política**, nº 21, p. 35-49, nov. 2003. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26368198_Capital_social_e_confianca_questoes_de_teorica_e_metodo. Acesso em: 15 de fevereiro de 2024.

SAMPSON, Robert J.; WILSON, William Julius; KATZ, Hanna. Reavaliando “em direção a uma teoria de raça, crime e desigualdade urbana”: desafios novos e duradouros na América do século 21. Du Bois. **Pesquisa em Ciências Sociais sobre Raça**. v. 15, n. 1, p. 13-34, 2018.

SANDRONI, Carlos; MORAIS, Jorge Ventura (Orgs.). **Música e sociedade** [recurso eletrônico] : trânsitos, patrimônios e inovações / Carlos Sandroni, Jorge Ventura de Moraes, organizadores. – Maceió, AL : EDUFAL, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/download/103581325/1_Campos_2020.pdf. Acesso em: 3 mar. 2024.

SANTOS, Bernadete da Silva; SILVA, Maria Felícia Santos da; MACIEL, Cristiano. O uso do Instagram pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso como ferramenta de Comunicação Pública. In: WORKSHOP DE COMPUTAÇÃO APLICADA EM GOVERNO ELETRÔNICO (WCGE), 9. , 2021, Evento Online. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 37-48. ISSN 2763-8723. DOI: <https://doi.org/10.5753/wcge.2021.15975>.

SENNA. Isângelo. Teoria das janelas quebradas e ordem pública: A polícia ostensiva de volta à sua vocação. **Influência**. Grupo de Pesquisa em Psicologia Social da UNB. 2018. Disponível em: <http://www.influencia.unb.br/2018/11/14/teoria-das-janelas-quebradas-e-ordem-publica-a-policia-ostensiva-de-volta-a-sua-vocacao/>. Acesso em: 05.01.2024.

SILVA, L. A. M. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. *Etnográfica*, v. 15, n. 1, p. 67-82, fev. 2011.

SILVA, Marcella Carvalho de Araujo. Policiamento comunitário: uma genealogia da relação entre polícia e comunidade (s). 2010. Disponível em:

<https://repositorio.fgv.br/items/8d43bcd3-614c-4899-98ce-710705cc9156>.
Acesso em: 05.03.2024.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TELES, Silvio de Jesus, 1981 Brios. A história da Polícia Militar de Alagoas no olhar de um jornalista. Maceió, Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2010. 247 p. eu. Jesus. Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/dados-mostram-os-bairros-com-a-maior-taxa-de-assaltos-em-maceio-em-2020/> - Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.

SOUSA, J. R. de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020. DOI: 10.34019/2237-9444.2020.v10.31559. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/RPDE/article/view/31559>.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

VERGINE, Gaetano. **Liderança Policial: Transformando Desafios em Resultados**. 1. ed. [S.l.: s.n.], 2023. 158p.

WALDOW, Micheli dos Santos; RISTOW, Letiane Peccin; LAGO, Ivann Carlos. Capital social e cultura política e sua relação com o desenvolvimento local. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 05, p. 17968-17981, 2023. <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/60099/43429>. Acesso em: 17.03.2024.

ANEXO A - Questionário para entrevista

1 - Como é a relação da PMAL com os moradores?

2 - Há muitos casos de violência policial na comunidade? Quais são essas violências?

3 - Um projeto musical, oferecido pela banda da PMAL, seria bem-vindo na comunidade? Quais os desafios para sua implantação?

4 - A Banda da PMAL já se apresentou na comunidade? Como foi essa interação?